

Cadernos IPPUR UFRJ

ANO IV Nº 1

DEZ. 1990



CADERNOS IPPUR/UFRJ

Ano IV - Nº 1 - Dez/90

APRESENTAÇÃO

Com este número, damos prosseguimento à publicação da série Cadernos IPPUR-UFRJ.

Mantemos o propósito inicial de divulgar, prioritariamente, os trabalhos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Ao mesmo tempo, estamos interessados em criar espaço para a publicação de trabalhos de professores e pesquisadores de outras instituições. Entretanto, entendemos que o movimento nesta direção está condicionado às possibilidades de se alcançar um formato gráfico e editorial mais avançado que o atual, o que tem sido obstado pelas dificuldades de recursos financeiros com que se deparam as Universidades públicas federais.

Segundo a linha editorial adotada até o presente, não há limitação a uma unidade temática para cada número. Antes, relevamos os assuntos tratados, e a liberdade intelectual e de criação dos autores. O leque de assuntos divulgados neste número dos Cadernos IPPUR-UFRJ possibilita a apreensão das questões que envolvem, atualmente, o debate travado na área de planejamento urbano e regional.

A Comissão Editorial

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Reitoria da UFRJ que, através da Sub-Reitoria de Pós-Graduados e Pesquisa, tem colocado à nossa disposição os meios necessários à concretização desta série editorial.

SUMÁRIO

Configuração e organização territorial: Análise de espacialidade e temporalidade. Rainer Randolph	9
Comunicação e Metrópole: A questão da participação social. Ana Clara Torres Ribeiro	35
A expansão da demanda efetiva por imóveis novos. Martim Oscar Smolka	55
Invasões e intervenções políticas: Uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989. Angela Maria Gordilho Souza	63
A gestão estatal da autoconstrução. Tamara Tania Cohen Egler	95

CONFIGURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL: ANÁLISE DE ESPACIALIDADE E TEMPORALIDADE

Rainer Randolph
Professor do IPPUR/UFRJ

1. Apresentação: A História Fora do Lugar?

As repetidas tentativas(1) de mapear o campo das análises sócio-econômicas "espaciais", "territoriais" ou "regionais" demonstram a relativa dispersão das finalidades perseguidas, abordagens empregadas e fenômenos estudados, isto é, uma fragmentação desordenada em relação tanto a diferentes perspectivas teóricas - mesmo no interior de determinada posição epistemológica e metodológica - como à própria definição e investigação concreta daquilo que se considera fenômenos ou fatos sócio-econômicos "espaciais", "territoriais" ou "regionais". Não surpreende, portanto, que alguns cientistas busquem abrir novos caminhos para uma incorporação seletiva (ou dialética) dos métodos existentes, através de uma maior abrangência e articulação destas análises. Observa-se, neste sentido, um "recuo" ou desvio(2) metodológico, a fim de ganhar estas novas perspectivas.

Sem querer desmerecer outros autores, podemos citar como expoente da área da geografia o cientista Milton Santos cuja obra se caracteriza, em nossa opinião, pela presença permanente de preocupações metodológicas nos seus estudos sobre determinados problemas, às vezes mais implícitas, às vezes mais explícitas(3).

Entretanto, por razões relacionadas à *démarche* de nossa atual análise, não será o pensamento deste autor o fundamento da presente investigação, mas, sim, as reflexões metodológicas de José L. Coraggio(4). Pretendemos, com isto, dar continuidade a uma discussão já realizada(5) - e levando-a mais adiante - aonde nos apropriamos da proposta desse autor para discutir a rede urbana em diferentes patamares de espacialidade.

Apenas apontando seus elementos principais, este esforço consistia, primeiro, numa re-leitura dos conceitos de CHRISTALLER e LOSCH(6) a respeito da formação da rede urbana, introduzindo a distinção de Coraggio entre Configuração e Or-

ganização Territorial ou Espacial. Vimos, num segundo momento, a hierarquia urbana atravessada pela introdução da "espacialidade" da grande empresa oligopolista ou monopolista ou, como formularia Stuart Holländ(7), pela distribuição espacial do setor mesoeconômico. Induz, assim, à hipótese de haver um "encontro desencontrado" em escala local e regional entre lógicas capitalistas diferenciadas; levando este raciocínio às últimas consequências(8) percebemos que a superposição irá romper com aquele determinismo transparente do modelo do lugar central, introduzir elementos de aparente contingência a nível local e regional e, como efeito, levar à ignorância e impotência das populações locais e regionais(9).

Concluimos, sem ter a necessidade de recorrer a considerações teóricas ou epistemológicas, que a distinção um tanto cartesiana entre Configuração e Organização Territorial/Espacial põe sob suspeita a sua real capacidade, enquanto proposta metodológica, de dar conta da realidade capitalista contemporânea. Limitações essas que pretendemos discutir no presente ensaio, tanto em continuidade àquele estudo há pouco mencionado(10), como também no sentido de deslocá-las para novos patamares.

Com este fim escolhemos novos autores como interlocutores da nossa compreensão de Coraggio; o diálogo com estes será travado a respeito de um tema novo, um tanto mais complexo do que o anterior. Se antes dirigimos nossa atenção e crítica à pressuposta homogeneidade (mesmo em suas contradições) das relações sociais cuja espacialidade leva a determinada organização espacial, conforme as hipóteses de Christaller e Losch, agora, estamos interessados naquilo que não apenas estes modelos negligenciam, mas uma boa parte da literatura sobre análises territoriais e regionais: que as relações sociais se realizam em determinados processos sociais que, além de sua espacialidade, caracterizam-se também por sua TEMPORALIDADE, como chamaremos mais tarde as suas determinações históricas.

Nossa intenção é, portanto, avançar na elaboração metodológica da análise territorial tal como iniciada por Coraggio, discutindo um aspecto que não costuma ser tratado com a devida atenção(11): as relações entre determinadas organizações territoriais e certas periodizações sociais.

2. Da Espacialidade às Temporalidades Sociais

A problemática da determinação histórica de relações sociais que acabamos de mencionar encontra-se inserida

na abordagem de Coraggio novamente na referida passagem ou divisão entre CONFIGURAÇÃO e ORGANIZAÇÃO Territorial ou Espacial. Vejamos, portanto, como o autor diferencia estes dois patamares de abordagem territorial(12).

Entende, primeiro, por Configuração Espacial o seguinte(13).

"a distribuição particular de um conjunto de objetos físicos, projetada sobre uma certa superfície contínua e homogênea (geralmente plana e esférica) ou com respeito a uma dada rede de nós e arcos. Caso os objetos não estejam localizados de maneira fixa em relação à superfície ou rede de referência, o conceito de configuração estende-se aos caminhos descritos por seu movimento"(14).

Neste nível, a investigação territorial restringe-se, portanto, ao simples registro do conjunto de objetos e movimentos físicos numa superfície concreta ("territorial") ou sua projeção em uma superfície abstrata ("espacial"). Não importa, aqui, se a configuração é resultado de planos que visaram a otimização de uma determinada variável objetiva ou simplesmente obra do acaso ("resultado do azar")(15).

O passo para o nível seguinte da Organização Espacial depende da identificação de processos sociais que conservam e reforçam uma determinada configuração ou a sustentam através de atos voluntários em função de certos objetivos conscientes. Obviamente, não é qualquer configuração imaginável que pode ser identificada como Organização Territorial, pois, nem todos os conjuntos de objetos devem sua distribuição no território à lógica social.

Coraggio indica como condição, para que um processo social sustente uma Organização Territorial, seu caráter cíclico:

"Por PROCESSO... [estamos denotando]... uma sequência que constitui um ciclo recorrente, ou, em outras palavras, uma sequência tal que sua fase final reproduza as condições qualitativas da primeira fase e que haja uma conexão necessária entre as fases consecutivas de cada ciclo. Processo implica, então, repetição, auto-regulação, permanência de condições para um movimento em ciclo e, portanto, estrutura e possibilidade de reprodução (ao menos enquanto perdure o processo) da dada estrutura"(16).

Sequências não-cíclicas de eventos, ou seja sequências históricas sem determinismos que conectam logicamente ("legalmente", como diz Coraggio) tais eventos(17), não explicam por si as conexões entre estes eventos (não ao historismo!); neste caso poderíamos observar, territorialmente, o processo de gênese de determinadas configurações sem ter elementos para sua relativa estabilidade (na formulação de Coraggio), permitindo apenas a descrição de supostos fenômenos sociais no território.

Usando o exemplo da crescente aglomeração da população e atividades em grandes cidades, o autor demonstra o perigo de, através de uma simples extrapolação de um "trend" (tendência), cair em pseudo-explicações fisicalistas dos fenômenos observados.

Em síntese, a passagem da Configuração à Organização Territorial não é apenas a de fenômenos físico-territoriais ("stricto-sensu") para sua identificação com determinados processos sociais. Mas é também, e ao mesmo tempo, a passagem de sequências cronológicas (não históricas) dos mencionados fenômenos físico-territoriais de ordem naturais ou sociais para sequências de processos historicamente determinados; processos estes que podem ocorrer sem sujeito consciente ou com sujeito consciente.

Percebemos, nesta discussão da conexão entre configuração e organização territorial, os dois grandes campos de problemas que Coraggio identifica na busca da relação entre estruturas sociais e formas espaciais e que norteiam permanentemente sua investigação. A primeira destas questões ele discute com relativa exaustão; é a das diferentes ordens da espacialidade. A segunda, que nos parece tão importante quanto a primeira, foi tratada de maneira mais superficial; é aquela que poderíamos chamar, em analogia à introdução do conceito de espacialidade, de temporalidade.

Como é nossa intenção aprofundar esta segunda discussão, contentamo-nos com alguns rápidos apontamentos a respeito da primeira, isto é, da passagem do físico-territorial ao social. Coraggio a discute sob o título da "Espacialidade Social" baseando-se na ontologia de Nicolai Hartmann, que não vê o espaço como uma "propriedade" de corpos, mas sua espacialidade:

"O espaço é, pois, a condição categórica do extenso, mas não é o extenso em si mesmo. O espaço não existe por si mesmo. Como ocorre com o tempo, seu momento categórico fundamental é a 'dimensionalidade'. Mas é impossível que as dimensões existam mais além daquilo de que são dimensões"(18).

Conforme a posição de Hartmann, a espacialidade é o momento categórico fundamental de todo o corpóreo real; é ela que, por assim dizer, estabelece a relação entre "corpóreo" e "território". Este raciocínio leva Coraggio a discutir duas ordens diferentes de espacialidades(19), que são a de ordem natural(20) (física e biológica) e a de ordem social(21) (que é sempre indireta)(22).

Não encontramos nos seus estudos o mesmo esforço epistemológico - como empregado para o "espaço" - a respeito do "tempo". Conforme vimos acima, a coesão entre estrutura social e forma territorial parece determinada tanto pelas espacialidades em diferentes ordens como por diferentes formas de sequências temporais (ou "históricos"(23)) de eventos, que poderíamos chamar de temporalidades. A partir da leitura de Coraggio as diferenciamos da seguinte maneira:

- inicialmente, identificamos dentro de qualquer sequência temporal(24) de eventos duas formas distintas (se bem não exclusivas): primeiro, podemos estar observando uma sequência cronológica de ordem natural/biológica que não está historicamente determinada; ou, segundo uma sequência de eventos relacionada a processos sociais historicamente determinados:
- depois, em relação a este segundo caso, distinguimos por um lado, processos sociais cíclicos, com relativa estabilidade (mesmo em suas contradições), processos de reprodução social que não excluem transformações regidas por determinadas leis sociais etc.; e por outro lado, processos sociais (sem regularidade) historicamente determinados cuja sequência não pode ser decifrada através de "determinismos que conectam legalmente tais eventos"(26).

A partir daí, é possível reformular a posição metodológica de Coraggio da seguinte maneira: a relação entre Configuração Territorial e Organização Territorial não pressupõe apenas uma determinada articulação entre as Espacialidades de diferentes ordens, mas também uma determinada forma de Temporalidade: a sequência cíclica historicamente determinada. Em outras palavras, as Organizações Territoriais estariam associadas a determinados períodos históricos e, para sua compreensão, exigem que estes sejam explicitados em forma de uma periodização histórica. Dedicamos nosso esforço neste ensaio à finalidade de aprofundar a reflexão referente ao significado destas "formas de temporalidade".

3. A Antítese: O Ser Como Tempo

Se por ora descartamos, no item anterior, a discussão da inserção de diferentes ordens de espacialidade no território (sua configuração) - "escapando" assim do retorno à questão filosófica da relação entre sociedade e natureza(26) -, o estudo sob prisma metodológico, das determinações entre organização e as diversas formas de "temporalidade" não nos exime de estarmos próximos à outra problemática filosófica: a da relação entre sociedade e história.

Obviamente, os nossos propósitos metodológicos, com vistas à reformulação de análises territoriais/regionais, nos desobrigam de entrar neste último debate. Mas, para pelo menos indicar sua complexidade introduzimos umas poucas observações conceituais e teóricas de Castoriadis(27), que expressam uma posição interessante e, por assim dizer, "antitética" em relação à "ciclicidade" de processos sociais.

Sem representar um suporte conceitual para nossa investigação, a abordagem de Castoriadis a respeito do relacionamento entre "tempo" e "espaço" serve para situarmos tanto a própria *démarche* de Coraggio, como nossas análises posteriores de investigações especializadas sobre estes assuntos(28), quer dizer, de uma série de estudos "espaciais" ou "territoriais", particularmente a respeito da "questão regional", que estabelecem alguma relação com a "questão temporal". Estes trabalhos "espaciais"/"territoriais" e "temporais"/"históricos" são, com poucas exceções, realizados dentro de certas disciplinas acadêmicas e científicas que, muitas vezes, fazem questão de consolidar, sofisticar e defender suas próprias metodologias isoladamente; a atual contextualização pretende pelo menos indicar a relatividade destas barreiras.

Assim, apropriando-nos do pensamento de Castoriadis de forma bastante superficial (sem refletir seus princípios, posições etc.) a relação entre "tempo" e "espaço" apresenta-se da seguinte maneira:

"Toda sociedade existe instituindo o mundo como seu mundo, ou seu mundo como mundo, e instituindo-se como parte deste mundo. Desta instituição, do mundo e da sociedade, pela sociedade, a instituição do tempo é sempre componente essencial. Mas sabemos porque o tempo é instituído como separado tanto do espaço como, sobretudo, do que aí se produz?"

O homem sensato sacode os ombros diante dessas argúcias filosóficas: existe tempo, os homens se

vêm crescer, mudar, morrer, observam o sol e as estrelas que se levantam e se põem etc. Nós também o sabemos. Mas porque então o que existe assim indubitavelmente, foi colocado e representado por esses homens indubitáveis, de maneira tão indubitavelmente diferente, no decurso da história?"(29)

Então, apesar de sua "obviedade", há restrições para aprofundar esta perspectiva, pois

"de fato é claro que, desde que começamos a interrogar-nos, a possibilidade de distinguir absolutamente 'tempo', 'espaço' e 'o que' aí se encontra, torna-se das mais problemáticas, e é supérfluo lembrar que sua discussão percorre a história da filosofia de um extremo ao outro, e mesmo a história do pensamento científico, cujos últimos cinquenta anos pulverizaram as certezas a respeito disso e de outras coisas"(30).

De uma forma sintética, o autor posiciona-se em outro trabalho(31) exatamente em relação à forma de temporalidade que chamamos acima de historicamente determinada. Depois de definir o "ser" não como um sistema, nem sistema de sistemas ou grande cadeia, mas como o insondável, o abismo, o caos com uma estratificação não-regular, afirma que este "Ser não é somente 'no' Tempo, mas é 'através' (por meio de, em virtude de) do Tempo. Em essência, Ser é Tempo"(32).

Este tempo propriamente dito seria apenas uma "quarta dimensão espacial supranumerária" (isto é nada ou inconcebível) sem a criação. "Criação aqui significa criação genuína, ontológica, a criação de novas formas, de novos eus, para usar o termo platônico"(33). Criação, com maiúsculo, não se confunde com produção, fabricação ou construção. Esses fatos fundamentais - Ser/Tempo/Criação - foram, segundo o autor, velados pela ciência tradicional e dominante porque esta se baseia na "hiper-categoria" da "determinade" "Bestimmtheit"). "Determinadade leva à negação do tempo, à atemporalidade", pois, mesmo quando muda, "as maneiras como muda e as formas que tal mudança pode ocasionar já estão determinadas"(34).

O tempo, para a teoria científica perfeita, seria apenas a simples repetição, se não dos acontecimentos, pelo menos da aplicação das leis. "É uma questão de vida ou morte, por assim dizer, para esta ontologia negar o Tempo como sendo a permanente possibilidade de emergência do outro"(35).

Já o dissemos: apesar de não concordar necessaria-

mente com a posição pós-estruturalista de Castoriadis, ele pode nos advertir em relação a certos perigos inerentes a nossa tentativa de aperfeiçoar e reformular as reflexões metodológicas de Coraggio. Neste sentido, concordamos com uma conclusão meio paradoxal que pode ser facilmente tirada em relação à investigação da Organização Territorial: a forma de temporalidade pressuposta tende a levar à negação do tempo, que se torna nas análises apenas aquela "quarta dimensão espacial", da qual fala Castoriadis. É necessário, portanto, relativizar o implícito caráter conservador do estudo de Organizações Territoriais.

Para tanto, precisamos reafirmar a importância das investigações das próprias Configurações Territoriais! É aqui que podemos identificar, como também já disse Coraggio, a gênese ou a criação de algo ontologicamente novo. E, conforme vimos acima, seriam estes os "momentos" do verdadeiro Ser e Tempo; talvez o início de uma "Temporalidade Cíclica", nova.

Leva-nos Castoriadis, portanto, à identificação de uma "qualidade"(36) da abordagem de Coraggio, antes mais intuitivamente percebida: que a passagem da Configuração à Organização está marcada por uma tensão entre inovação e conservação!

Como anunciado, é a partir deste "espírito" que ampliamos a seguir o leque de "approaches" que de uma ou outra maneira explicitam esta relação entre "Tempo" e "Espaço" ou temporalidade e espacialidade. Sua leitura e análise fornecerá elementos para, posteriormente, aprofundarmos a discussão do método de Coraggio.

4. Tempo Histórico e Espaço Territorial

Obviamente, existem muitos autores que contribuíram para reflexões metodológicas sobre o espaço, inclusive levantando questões relacionadas ao tempo. Apenas para mencionar alguns trabalhos, encontramos abordagens sobre a historicidade do espaço(37); sobre o espaço como categoria filosófica(38) ou categoria de análise(39); ou aquelas que buscam a ontologia do espaço(40) ou trabalham a espacialidade social(41). (42)

Mas, para aprofundar especialmente o estudo dos NE-XOS entre espacialidade e temporalidade, a análise da *démarche* de Lipietz(43) é um *must*. Pois é ele quem, para chegar a uma abordagem própria e crítica (marxista) a respeito da construção social do espaço, retorna primeiro à discussão de

Althusser do "Tempo" para, depois, transferi-la para a questão do "Espaço" através de conclusões analógicas(44).

Assim, Lipietz inicia sua análise com um relato da leitura crítica de Althusser referente a Hegel, que, por sua vez, atribui ao tempo histórico um duplo aspecto ou duas características essenciais:

- a continuidade homogênea do tempo que se refere a possibilidade de poder tratar o tempo histórico "como um contínuo no qual se manifesta a continuidade dialética do processo de desenvolvimento da Idéia": torna-se, assim, para a ciência histórica o principal problema, neste nível, como recortar este contínuo mediante uma periodização que deve corresponder à sucessão de uma totalidade dialética por outra(45);
- a contemporaneidade do tempo ou categoria do presente histórico que, na verdade, é a condição da primeira característica e revela o pensamento mais profundo de Hegel. "Se o tempo histórico é a existência da totalidade social, é necessário precisar qual é a totalidade desta existência [...]. A estrutura da existência histórica é tal que todos os elementos do todo coexistem sempre no mesmo tempo, no mesmo presente e são contemporâneos uns aos outros no mesmo presente"(46). A estrutura da existência histórica da totalidade hegeliana permitiria em qualquer momento, portanto, conforme Althusser, aquilo que chama de "corte de essência" ou seja um corte vertical, um corte tal do presente que todos os elementos do todo, revelados por este corte, estarão entre si numa relação imediata que expresse imediatamente sua essência interna(47).

O fundo do problema, como diz Lipietz, é evidentemente a concepção hegeliana da totalidade social que em nada se distingue da concepção empirista(48).

Empregando seu raciocínio analógico, Lipietz identifica uma enorme proximidade entre este pensamento e a concepção empirista do espaço como contínuo homogêneo; e, seguindo o exemplo de Althusser, aponta a "co-espacialidade" do espaço como fundamento da concepção empirista do espaço que deve ser criticada.

Voltando ao "Tempo", a "desconstrução" do conceito empirista deve partir do questionamento da "contemporaneidade do tempo": conforme alguns historiadores citados por Althus-

ser, existem mesmo diferentes tempos na história, variedades do tempo, tempos curtos, médios e longos e interferências como produtos de seu encontro; por outro lado referente ao "espaço", geógrafos como Pierre George ou Yves Lacoste mostram a existência de várias escalas identificadas como "espaços diferenciais de conceptualização", e levantam o problema de sua articulação(49).

A "desconstrução"/reconstrução do conceito do tempo por Althusser está baseada no pressuposto de que o todo marxista se distingue de maneira inconfundível do todo hegeliano; pois, sua "unidade [...] está constituída por um certo tipo de complexidade, a unidade de um todo estruturado" cujos "níveis" impossibilitam o pensamento em um mesmo tempo histórico (pois sua existência histórica não é a mesma)(50).

A superação do tempo histórico hegeliano leva Althusser à postulação de tempos próprios de diferentes níveis do todo (extinguindo a visão de um tempo histórico uno), isto é, de tempos relativamente autônomos em cada nível,

"relativamente independente na sua dependência dos 'tempos' dos outros níveis. Devemos e podemos dizer: para cada modo de produção há um tempo e uma história próprios, com cadências específicas, ao desenvolvimento das forças produtivas; um tempo e uma história próprios às relações de produção, com cadências específicas; uma história própria da superestrutura política"(51).

Lipietz segue, então, basicamente este caminho e formula uma concepção da estrutura espacial concreta, que chama de "espaço social" ou "sócio-econômico" e que considera como um "concreto de pensamento" reproduzindo no pensamento a realidade social em sua dimensão espacial(52).

E esta perspectiva resulta na introdução do conceito da temporalidade histórica - por parte de Althusser(53) - e, mais tarde, como termo empregado por Lipietz, de "espacialidades próprias das relações definidas nas diferentes instâncias dos diferentes modos de produção presentes na formação social"(54). No Quadro I, a seguir, tentamos esquematizar estas relações tanto entre as dimensões de extensão, sua expressão social concreta e sua conexão com a reprodução de relações sociais concretas:

Quadro I

Expressão Concreta	Dimensões de Extensão de Fenômenos, Fatos, etc.		Reprodução de Relações Sociais Concretas
	Tempo	Espaço	
História	Tempo Histórico		Temporalidade Histórica
Território		Espaço Territorial	Espacialidades Territoriais

Concluimos que nossos interlocutores atuais - Li-pietz e Althusser e, em última instância, Hegel e Marx - não se posicionam a respeito da questão da própria historicidade/territorialidade da "relação" ("Verhaeltnis", não "Beziehung") entre Tempo e Espaço(55), que Castoriadis levanta; ou seja, sua dependência da própria prática social ("criador" - se excluimos os "meta-físicos" - só pode ser o homem).

De qualquer forma, percebemos que apesar de a superação do empirismo histórico e territorial (geográfico) não significar para eles a abolição da divisão entre as "dimensões" Tempo e Espaço, Tempo Histórico e Espaço Territorial devem ser vistos integradamente (conectadamente!), porque os autores tratam aparentemente o caso da reprodução de determinadas relações sociais. Ou seja, observam uma certa "parcela" da sociedade ("região", por exemplo) e identificam como se reproduz com temporalidade histórica própria e espacialidade territorial particular.

Acreditamos que estes autores contribuem de forma significativa para o maior esclarecimento da *démarche* de Coraggio no seguinte sentido: lembrando das espacialidades e temporalidades sociais em Coraggio percebemos agora que estes conceitos podem gerar uma compreensão empirista do Tempo e, conseqüentemente, da Organização Territorial! Pois, apesar de entender a reprodução social através de sequências cíclicas de eventos historicamente determinados, nada nos assegura que não se possa interpretar este tempo histórico como uno, como em Hegel tal qual acabamos de discutir.

Mas, não só estes autores nos alertam para este perigo, mas propõem uma "saída" com os conceitos da temporalidade histórica e espacialidade territorial que, por sua vez,

pressupõem a substituição do "todo hegeliano" pelo "todo marxista", quer dizer uma determinada perspectiva da totalidade social. Em outras palavras, escaparemos da "cilada empirista" da Organização Territorial apenas através da introdução explícita de algo comparável com o "todo marxista" de Althusser/Lipietz - o que não necessariamente precisa ser a visão estruturalista destes autores. Este assunto reservamos para investigações futuras.

5. Tempo Espacial e História Territorial

"Descendo" do patamar bastante abstrato das reflexões de Althusser e Lipietz, continuamos, agora, a busca por indicações mais concretas a respeito da "simbiose" - ou "não-simbiose" - entre Tempo e Espaço. Podemos mostrar que, recentemente, esta questão vem chamando a atenção de geógrafos e historiadores.

Como voz respeitada da geografia, Milton Santos introduz a noção de tempo espacial, já em 1972, e volta a defendê-la, em publicação mais recente(56), porque pode facilitar, metodologicamente, encontrar parâmetros de estudos para aqueles aspectos de realidades sócio-espaciais que devem sua variação a fatores de tempo e idade e que, apesar desta diferenciação, encontram o mesmo nexó explicativo dentro de um espaço total ou de uma sociedade total.

"A noção de tempo espacial supõe que cada vetor ou variável - formadores da sociedade, da economia e do espaço à escala de um país - possa apresentar-se (como de fato se apresenta) em diversos lugares segundo diversas idades"(57)

A idade de um "vetor" em geral (aparentemente independente do espaço) determina-se a respeito da forma mais moderna com a qual ele aparece naquele momento em qualquer lugar (mundo, país). Mas, esta idade "espacializa-se" em relação a cada lugar onde a cada variável pode corresponder uma idade particular. É claro que mesmo sendo assim é possível uma variável aparecer em lugares diferentes com a mesma "idade".

Entretanto, o que é impossível, conforme nosso autor,

"é encontrar combinações locais e variáveis específicas tendo a mesma idade. Assim, cada lugar é o

resultado da combinação espacialmente seletiva de variáveis diferentemente datadas"(58).

A diferença de lugares deve-se, exatamente, a esta seletividade (temporal) do impacto dos acontecimentos contemporâneos em relação a um lugar determinado.

"E a combinação particular de variáveis diversamente datadas constitui o tempo espacial próprio a um determinado lugar"; ou seja, sem negar uma história "geral" ou "comum" a uma formação social, o autor introduz com este conceito a idéia de uma história "particular" (local, regional) que traduz a "relacionalidade" espacial (dos vetores, variáveis, parâmetros etc.) em uma "relacionalidade" temporal; e vice versa!

Em síntese, esta visão de M. Santos leva ao resultado de que na contemporaneidade, mas não-co-espacialidade, podem conviver variáveis de diferentes idades! Ou seja, uma "novidade" num lugar pode ser até obsoleta não só em outro, mas - eis o importante - em termos "gerais", a nível da totalidade social.

Esta reflexão é, parece-nos, nada mais que uma expressão espacializada da idéia acima colocada de que não existe um Tempo Histórico UNO. Em outras palavras, com esta formulação M. Santos tenta, em nossa opinião, explicitar a conexão entre Temporalidades Históricas e Espacialidades Territoriais, introduzindo para isto o termo do Tempo Espacial!

Quase que "simetricamente" a esta preocupação "geográfica" com o tempo, encontramos o interesse histórico com relação ao espaço. Se M. Santos fala do tempo espacial, referindo-se à materialidade de "territórios históricos", os historiadores começaram a se referir a "histórias territoriais" concretas, partindo de uma lógica do espaço temporal.

Tomando-o como exemplo de uma corrente nova da historiografia alemã, Zang(59) aponta como um dos fenômenos recentes mais marcantes da análise histórica e o deslocamento de sua atenção para a história regional e história do cotidiano. Esta tendência, que se iniciou na Alemanha na segunda metade da década de 70, não se verifica apenas na ciência, escola e didática mas, eis o surpreendente, nas discussões da própria sociedade civil. Em todos os níveis e lugares estão sendo cavoucados detalhes em grande quantidade, estudados, descritos e lidos; há um desejo amplamente difundido de se aproximar do particular (Einzelne), de capturar sua multiplicidade e suas ramificações.

Se por um lado este detalhamento e particularização a nível regional e local revelam a grande riqueza do desenvolvimento histórico, por outro corre o risco de contribuir à desestruturação e individualização da história, ao invés de possibilitar uma compreensão mais precisa de seus processos. Apesar destes problemas, o autor acredita ser esta tendência irreversível(60).

Na verdade a crescente difusão desta perspectiva pode ser entendida como uma saída amplamente aceita da crise da história que se manifestava enquanto crise da consciência e interesses históricos frente à aparente a historicidade das sociedades capitalistas desenvolvidas. Reflete, ainda, a frustração de perspectivas futuras e o esvaziamento dos valores e tradições sociais globais. Além disso, a (ciência da) história via-se cada vez mais prejudicada pela expansão das ciências sociais(61).

O novo interesse histórico que levou à superação desta crise não está limitado a uma suposta fuga do presente (nostalgia) ou à ressurreição do consumo de temas clássicos; visa, ao contrário, à compreensão das dimensões mais profundas da existência humana contemporânea(62). Procura-se uma parte das respostas no próprio ambiente (região) de sua vivência através da investigação da história do cotidiano, do bairro, da história oral, regional e das já conhecidas histórias locais, de famílias e de vida. Como diz Zang, cinco ou seis anos atrás este desenvolvimento era inimaginável; dedica o autor, então, seu livro exatamente à tentativa de compreender esta situação nova(63).

Encurtando a "história", o autor suspeita que nesta transformação pode-se exprimir um novo conceito de Realidade (Wirklichkeit). Pressupõe a não-simultaneidade de processos históricos(64); isto quer dizer que um mundo universal, corrente (durchgaengig), uma realidade histórica de um tempo existe apenas relativamente. O primário, diz Zang, não são as simultaneidades, mas as realidades diferentes; e é depois que uma unidade se constitui parcialmente ou se constrói conscientemente(66).

Entretanto, deve-se considerar que as singularidades ganham apenas um peso teórico próprio se as interrelações entre as particularidades não são apenas importantes (determinantes?) a nível dos micro-mundos, mas também para a relação destes (micros) com o macro-mundo. Apenas assim tudo que está relacionado à história regional, oral, do cotidiano ou de vida recebe um valor de posição fundamental (grundsuetzlichen Stellenwert)(66).

Portanto, conclui o autor, a virada para a história regional não se restringe a uma renovação pedagógica e populista e nem apenas procura a proximidade do povo, abrindo mão da distância da ciência; e, podemos acrescentar parece exatamente expressão do abandono do conceito empirista do Tempo Histórico Único, da continuidade homogênea do tempo e do presente histórico. Encontram os historiadores os elementos para esta "reviravolta" em determinadas Espacialidades Territoriais nas quais se expressam uma determinada Temporalidade Social.

6. Conclusão: A Difícil Passagem da Configuração à Organização Territorial

Revisando o rumo da presente investigação, podemos afirmar o que já mencionamos em estudo anterior. chamamos a atenção de que:

"não é em qualquer escala territorial/espacial, arbitrariamente escolhida, que se manifesta e, em consequência, pode ser analisada a lógica de determinados processos sociais, isto é sua espacialidade. Ou seja, em termos metodológicos, estamos diante de um dos desafios mais difíceis dos estudos territoriais quando precisamos identificar a escala territorial 'adequada' à investigação de uma possível ou suposta espacialidade social". (67)

É, portanto, importante sintetizar os elementos que encontramos na tentativa de compreender melhor a conexão entre Espacialidade Social e Temporalidade Social que identificamos, no item 2, na abordagem de Coraggio como conceito chave da passagem da Configuração à Organização Territorial.

Em resumo, podemos fazer as seguintes observações:

1. Como vimos através de seus críticos, os autores compromissados com visões empiristas da totalidade social, analisados por Althusser e Lipietz, trabalham com Tempo e Espaço como duas dimensões de extensão homogêneas conforme as correspondentes oposições do agora versus o antes (ou depois) e o aqui versus o lá (ou aí);
2. Para superar o viés empirista, a perspectiva materialista busca compreender as duas dimensões de extensão, que deixam de ser homogêneas, a partir da realidade concreta (e sua concepção

teórica, é claro) de uma determinada sociedade; no caso da formação econômica e social sob dominação do modo de produção capitalista identifica determinados Tempos Históricos e Espaços Territoriais relacionados a certas instâncias desta sociedade; mas, mesmo refletindo a concretude social, mantém a separação entre as duas dimensões (ou seja, não as incorpora de uma vez só à realidade social); entretanto, é na consideração da reprodução de relações sociais que sua conexão torna-se necessária;

3. Até certo ponto esta concepção segue a perspectiva de Castoriadis pela qual a separação entre tempo e espaço depende de determinações sociais; sem a criação o tempo é inconcebível, ou seja, torna-se apenas uma quarta dimensão espacial ("tempo identitário"(68)); portanto, o raciocínio "separatista" empregado na crítica de Althusser e Lipietz apenas se justificaria em momentos/períodos de criação; mas, quando investigamos uma realidade social caracterizada por processos de "Re-criação" (seja produção ou reprodução ampliada), o tempo não pode ser considerado separado do espaço - e vice versa, o que parece-nos corresponder à *demarche* que os dois autores adotam; na identificação de processos de reprodução de relações sociais - que é o caso da identificação de Organizações Territoriais - é necessário negar, simultaneamente, tanto a "contemporaneidade do tempo" como a "co-espacialidade do espaço"(69);
4. Em relação a questão da produção e reprodução da sociedade concreta, os teóricos da sua extensão territorial - os Geógrafos - e da sua extensão histórica - os Historiadores - aparentemente já perceberam (os mais lúcidos) esta necessidade ao introduzir sua preocupação com o "tempo espacial" e a "história territorial", onde tempo e espaço apresentam aquela simbiose apontada por Castoriadis; e, o que M. Santos discute a nível conceitual-abstrato (mesmo em relação a sociedades concretas), Zang procura na própria especificidade de situações sociais práticas-concretas.

Então, os resultados da nossa discussão contribuem para o estudo da passagem da Configuração à Organização Territorial da seguinte maneira:

- pelas análises de Althusser e Lipietz, periodização (delimitação de determinado Tempo Histórico) e regionalização (delimitação de certo Espaço Territorial) poderão e deverão ser considerados conjuntamente quando identificam períodos e regiões nos quais observamos a reprodução das relações sociais, conforme certa temporalidade social, cuja lógica se expressa em determinada espacialidade social; a passagem de uma Configuração para uma Organização Territorial exige, portanto, um esforço simultâneo de periodização e regionalização;
- esta passagem pode ser operacionalmente preparada através da busca do Tempo Espacial (ou Espaço Temporal) e da História Territorial (ou Território Histórico); a primeira alcançamos, conforme M. Santos, mediante a compreensão da realidade social como a combinação particular, própria a um determinado lugar, de variáveis diversamente datadas(70); na segunda procuramos reconhecer concretamente a presença de práticas sociais não contemporâneas e não conterrâneas em determinado lugar e momento;
- assim, estes últimos dois pares representam as expressões de Tempo Histórico e Espaço Territorial, quando pressupomos a existência da reprodução social; isto é, sua conexão, que é a base do nexu entre Configuração e Organização Territorial; tentamos visualizar estas relações no seguinte Quadro II(71):

Quadro II



- finalmente, na "hora (e no lugar) da criação" separam-se Tempo e Espaço; Tempos Históricos não encontram mais respaldo em Espaços Territoriais - não há como descobrir a Organização das respectivas Confiturações Territoriais. Pois, é na Criação que observamos, conforme vimos em Althusser e Lipietz, as dimensões objetivas de extensão. (Tempo e Espaço) adquirirem suas materialidades Histórica e Territorial!

Abandonamos, assim, as vãs tentativas de descobrir "existência" ou "essência" do "Tempo" e do "Espaço" na realidade social, como também sugere Castoriadis, de outro ponto de vista. Nossa leitura abre a possibilidade de construir mediações entre Configuração e Organização Territorial, relacionadas a fenômenos e práticas sociais, que acabamos de introduzir, e a uma visão do conhecimento concreto da realidade que não vê nele:

"acrescentamento sistemático de fatos e outros fatos, e de noções e outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concretitude"(72).

Acreditamos que poderíamos ainda ganhar novos elementos metodológicos para realizar a passagem da Configuração à Organização Territorial se a interpretássemos a partir destes processos de concretização (todo/parte; fenômeno/essência):

1. podemos construir uma mediação entre a separação Tempo e Espaço e a integração (separada) com História e Território para a totalidade da realidade social, quando observamos a problemática da relação entre o todo e suas partes que está presente nos Tempos Históricos e Espaços Territoriais;
2. de maneira análoga, chegamos a relacionar a integração entre Tempo e Espaço e a separação (integrada) de História e Território à concretitude da realidade social, quando compreendemos História Territorial/Território Histórico como ex-

pressão fenomênica de uma essência do Tempo Espacial/Espaço Temporal em determinado momento e lugar.

Se estas mediações fossem mesmo possíveis, hipótese que não precisa ser aprofundada aqui, poderíamos apropriar-nos do raciocínio materialista e dialético de Kosik e aproveitá-lo como orientação metodológica para estudos "históricos" e "territoriais" (geográficos) que geralmente carecem, a nosso ver, desta forma de métodos(73).

Porém, comprovar a potencialidade da "dialética do concreto" para o estudo de Configurações e Organizações Territoriais, já não cabe mais às tarefas que assumimos neste ensaio.

NOTAS

- (1) Vide, entre outras, as nossas avaliações em PIQUET/RANDOLPH/SMOLKA/VETTER 1985, RANDOLPH/LIMONAD, 1986 e recentemente reformulando a abordagem anterior (1985); em RANDOLPH, 1989.
- (2) Um recurso, aliás, não exclusivo do pensamento científico, pois, conforme nos diz K. KOSIK, 1976, "como as coisas não se mostram ao homem diretamente tal qual são, e como o homem não tem a faculdade de ver as coisas diretamente na sua essência, a humanidade faz o *détour* para conhecer as coisas e sua estrutura", p. 21.
- (3) Não cabe aqui apreciar a extensa obra de Milton Santos em maior profundidade; apenas para uma publicação mais recente em torno destas preocupações vide SANTOS, 1985.
- (4) E aí, em particular, aquelas reflexões metodológicas elaboradas em CORAGGIO, 1988.
- (5) RANDOLPH, 1990.
- (6) Vide, por exemplo, em RICHARDSON, 1975.
- (7) HOLLAND, 1976.
- (8) RANDOLPH, 1990; para poder argumentar dentro do esquema dicotômico entre Configuração e Organização Territorial/Espacial, introduzimos a necessidade do pressuposto metodológico da existência de uma "congruência territorial" entre escalas e processos sociais, que, de maneira algo contraditória, significaria a impossibilidade de estudos locais e regionais.
- (9) "População" seria aqui, conforme os nossos interlocutores, a burguesia local e regional; mas é interessante que CASTELLS aponta processos semelhantes, mas mais amplos como características genéricas da vida moderna; vide CASTELLS (s.a.).
- (10) Vide ainda um outro trabalho nosso, RANDOLPH, 1989, onde estendemos estas leituras aos modelos elaborados no âmbito da Economia Regional e a uma proposta também metodológica interessante em DUARTE, 1986.
- (11) Ou apenas de forma bastante genérica, vide, por exemplo, a investigação de SOJA a respeito da "periodicidade do capital e seus efeitos no espaço", em SOJA, 1983.

- (12) No seguinte baseamo-nos na leitura de Coraggio que realizamos no citado relatório (vide RANDOLPH, 1989).
- (13) Vide idem, p. 22s.
- (14) CORAGGIO, 1988, p. 33.
- (15) A Configuração é, neste sentido, tanto "a-social" como "a-histórica"; idem, p. 34.
- (16) Idem, p. 35, sem analisar criticamente esta visão de Coraggio do termo processo.
- (17) Idem, p. 37.
- (18) Idem, p. 22.
- (19) "Esta variação da espacialidade (não do espaço real em si mesmo) entre fenômenos de diversa ordem, deve ser analisado para chegar à diferença específica da espacialidade dos processos sociais", idem p. 23.
- (20) A espacialidade da ordem natural, como espacialidade física, a respeito de objetos físicos, resulta de uma articulação de relações físicas, cuja lógica interna é, conseqüentemente, uma lógica física (relações de gravitação, extensão etc.) e, como espacialidade orgânica, a respeito de objetos orgânicos ou de natureza biológica, não está exclusivamente determinada por leis físicas, mas requer a introdução de novas categorias como a evolução, auto-regulação, função, reprodução, homeostasis etc.
- (21) Uma vez que as categorias físicas e biológicas não esgotam as condições de existência dos fenômenos sociais, mas também não devem desaparecer para deixar em seu lugar "categorias sociais", a espacialidade da ordem social, de caráter histórico e não universal, ao mesmo tempo que é indireta - introduzida através dos suportes físicos que a eles correspondem - não se reduz à simples espacialidade física dos suportes, pois obedece a uma lógica social e não física.
- (22) Idem, p. 24 ss.
- (23) Coraggio fala de seqüência histórica, quando se trata de uma seqüência real, como diz, de eventos; idem, p. 36.
- (24) Isto é, seqüência de eventos em relação a qualquer diferenciação entre dois momentos.

- (25) Idem.
- (26) Estudo este que não está descartado para sempre, muito pelo contrário, esperamos uma discussão sobre o avanço "definitivo" na reformulação do método de Coraggio.
- (27) Que este autor desenvolve particularmente na sua discussão da "questão do social-histórico", compreendendo, assim, a questão da sociedade e a da história como uma e a mesma, CASTORIADIS, 1982, p. 201.
- (28) Uma primeira formulação deste "approach" apresentamos sob o título "Tempo, Espaço, Totalidade e Concretitude" no Seminário Debate Interno do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) em 18/10/90 no Rio de Janeiro; agradeço a todos os participantes deste seminário pelas suas valiosas críticas e contribuições; em particular às debatedoras Prof^{as}. Ana Clara Torres Ribeiro e Lena Lavinias.
- (29) CASTORIADIS, 1982, p. 222.
- (30) Idem, p. 223, acrescentando, depois, que seria necessário voltar ao primeiro grande texto filosófico que tematiza estas questões: ao Timeu de PLATÃO.
- (31) CASTORIADIS, 1985, p. 24-40, e de uma forma mais extensivamente trabalhado em CASTORIADIS, 1982, Capítulo IV, O Social-Histórico, p. 201-257.
- (32) CASTORIADIS, 1985, p. 24.
- (33) Idem; vide também CASTORIADIS 1982, p. 225 s.: "Só existe tempo essencial, tempo irreduzível a uma 'espacialidade' qualquer, tempo que não seja simples referencial do reconhecimento, se e na medida em que há emergência da alteridade radical, criação absoluta - isto é, na medida em que o que emerge não está, no que é, seja 'logicamente' ou 'virtualmente', já constituído, em que não é atualização de possíveis predeterminados (...) portanto, que o tempo não é simplesmente e somente indeterminação, mas aparecimento de determinações..."
- (34) CASTORIADIS, 1985, p. 25.
- (35) Idem.
- (36) "pericolosidade".
- (37) MORAES, 1986.

- (38) SANTOS, 1988.
- (39) COSTA s.d.
- (40) MORAES, 1982.
- (41) CORAGGIO, 1988.
- (42) E, ainda em relação ao Tempo, podemos pensá-lo empiricamente como "dato natural", ou psicologicamente como "evidência vivida", ou transcendentalmente como "condição da experiência para um sujeito", ou ontologicamente como "dimensão, elemento, horizonte" etc, do ser; CASTORIANI, 1982, P. 239.
- (43) LIPIETZ, 1979.
- (44) Idem, esta discussão está concentrada em poucas páginas, as de 20 a 27.
- (45) Idem, p. 20.
- (46) Trata-se novamente de uma citação de Althusser; idem, p. 20.
- (47) Idem, p. 21, nota de rodapé 6.
- (48) Novamente, nas palavras de Althusser: "[...] o todo hegeliano é um 'todo espiritual' no sentido de Leibniz, um todo no qual todas as partes inspiram' entre elas, no qual cada parte é pars totalis que a unidade deste duplo aspecto do tempo histórico (continuidade homogênea/contemporaneidade) é possível e necessária"; citado por Lipietz, idem, p. 21.
- (49) E, como diz Lipietz, igualmente aos historiadores que não relacionam as variedades do tempo com a estrutura do todo, os geógrafos se contentam apenas com esta demonstração e "não se referem a diferença dos espaços à diferença das formas de espacialidades objetivamente determinadas pela natureza das distintas relações sociais estudadas, dando a entender às vezes que a eleição da escala depende da eleição subjetiva de um nível de análises", idem, p. 23 s.
- (50) Idem, p. 23.
- (51) Como diz Althusser, conforme LIPIETZ, idem, p. 23 s.
- (52) Idem, p. 26.

- (53) Ao qual, apesar de umas divergências, Lipietz atribui "certo domínio de validade", idem, p. 24.
- (54) Idem, p. 26, o autor explicita ainda que a espacialidade nada mais é do que a "dimensão espacial da forma de existência material que rege a relação considerada. Consiste em uma correspondência entre 'presença/ausência' (no espaço) e 'participação/exclusão' (na estrutura ou relação considerada) ou bem a distribuição dos 'lugares' no espaço e a distribuição dos 'lugares' na relação (aqui se vê quanto nos custam as fáceis metáforas espaciais para definir as "relações")"
- (55) No caso, admitem que o tempo é histórico e o espaço territorial (aliás o mínimo para resgatar sua posição materialista); mas não, como logo veremos, um "tempo espacial" à la Milton Santos.
- (56) SANTOS, 1985, Capítulo 8, pp. 75-80.
- (57) Idem, p. 78.
- (58) Idem, p. 79.
- (59) ZANG, 1985.
- (60) Idem, "Introdução", p. vii s.
- (61) Idem, p. 4-8.
- (62) Podemos interpretar esta posição de Zang como negação de uma suposta mentalidade pós-moderna; pelo contrário, poderia tratar-se de um desejo (moderno) de emancipação renovado.
- (63) Idem, p. 11.
- (64) Então até aqui parece dentro da linha de Althusser, mas na verdade o autor já está pensando numa "territorialização" da história o que não é o caso de Althusser.
- (65) Idem, p. 37.
- (66) Idem, p. 38.
- (67) RANDOLPH, 1990.
- (68) CASTORIADIS, 1982, p. 246 ss., onde define que "o tempo instituído como 'identitário' é o tempo como tempo de demarcação, ou tempo das medidas", p. 246; é o tempo calendário.

- (69) Na verdade entendemos que Lipietz estava tomando este rumo; vide também Coraggio, 1988.
- (70) SANTOS, 1985; a partir de um ponto de partida absolutamente diverso - da análise das espacialidades de lógicas de superposição de escalas territoriais e períodos históricos diversos, RANDOLPH 1990.
- (71) Se, neste quadro, os dois pares Espaço/Tempo e Território/História se referissem a realidades sociais basicamente idênticas, não poderíamos mais distinguir apenas entre Tempo Espacial e História Territorial, mas também entre eles e Tempo Histórico e Espaço Territorial; ou seja, eliminaríamos a própria possibilidade de Criação (ontológica)!
- (72) KOSIK, 1976, p. 41 s.
- (73) Seria ainda interessante mostrar certas coincidências entre as propostas metodológicas de Coraggio (CORAGGIO, 1988) e a "dialética do concreto" de Kosik; acreditamos que esta última poderia aperfeiçoar significativamente a análise "espacial" de Coraggio (reformulando particularmente a "base filosófica" de Coraggio que provém de N. Hartmann).

BIBLIOGRAFIA

- CASTORIADIS, C. - A instituição imaginária da sociedade. RJ, Paz e Terra, 1982.
- CASTORIADIS, C. - O domínio social-histórico. In: Idem, Os destinos do totalitarismo e outros escritos. Porto Alegre, L&PM Ed. 1985, p. 24-40.
- CORAGGIO, J.L. - Sobre la espacialidad social y el concepto de region. In: Idem, Territórios em transição. Crítica a la planificación regional en América Latina. Quito, Ciudad 1988, p. 17-61.
- COSTA, W.M. - O espaço como uma categoria de análise, SP, mimeo, s.d.
- DUARTE, A.C. - O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região. Revista Brasileira de Geografia, RJ, 1988, 50, p. 99-106.

- HOLLAND, S. - Capital versus the regions. London, Basingstoke, MacMillan, 1976.
- KOSIK, K. - Dialética do concreto. RJ, Paz e Terra, 1976.
- LIPIETZ, A. - El capital y su espacio. México, Siglo XXI, 1979.
- MORAES, A.C.R. - Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate. In: SOUZA, M.A., SANTOS, M. A construção do espaço. SP, Nobel, 1986, p. 33-60.
- PIQUET, R., RANDOLPH, R., SMOLKA, M.O., VETTER, M.D. - Análise das articulações sócio-econômicas regionais: sugestões metodológicas. RJ, PUR/Publipur - UFRJ, 1985.
- RANDOLPH, R., LIMONAD, E. - Balanco quantitativo da produção técnico-científica em planejamento urbano e regional no Brasil (1980-1985). RJ, mimeo ANPUR, 1986.
- RANDOLPH, R. - Formas de espacialidade da modernização: regionalização e regionalismo. Série Relatórios de Pesquisa nº 17, RJ, IPPUR/Publipur UFRJ, 1989.
- RANDOLPH, R. - A Modernização e Rede Urbana. Hipóteses sobre o papel da grande empresa industrial. Série Estudos e Debates, nº 49, Rio de Janeiro: Publipur/IUFRJ, agosto 1990.
- RICHARDSON, H.W. Economia regional. Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. RJ, Zahar, 1975.
- SANTOS, M. - Espaço e Método. SP, Nobel, 1985.
- SANTOS, M. - O espaço geográfico como categoria filosófica. Terra Livre, nº 5, ano 1988, SP, AGP, p. 9-20.
- SOJA, E. - Uma interpretação materialista da espacialidade. In: Becker, B. et alii (Orgs.), Abordagens políticas da espacialidade. RJ, Dept. Geografia UFRJ, 1983, p. 22-74.
- ZANG, G. - Die unaufhaltsame Anaeherung an das Einzelne. Reflexionen ueber den theoretischen und praktischen Nutzen der Regional - und Alltagsgeschichte. Konstanz: Arbeitskreis fuer Regionalgeschichte e. V. (Syndikat), 1986.

Ana Clara Torres Ribeiro
Professora do IPPUR/UFRJ

"E não deixam dúvida de que por trás do racionalismo de Apolo (a escrita) e do arrebatamento de Dionísio (a imagem) se encontra o olho comercial de Hermes" (Muniz Sodré - 1972).

Introdução: elementos para a reflexão da urbanização brasileira

Quando as ciências sociais - sobretudo as dos anos 70 - analisam as grandes cidades brasileiras ocorre, frequentemente, o alerta com relação às múltiplas faces do chamado caos urbano. Os problemas sociais transformam-se através desta leitura, com facilidade, em problemas urbanos, sob a influência do pouco flexível leque de necessidades sociais absorvíveis no conceito - limitadamente crítico - de qualidade de vida.

O uso recorrente deste conceito - estimulado pelo Estado brasileiro e por organismos internacionais de pesquisa (FOURQUET e MURARD, 1978) - facilita a desarticulação analítica entre níveis de satisfação das necessidades sociais e contexto econômico. Tal desarticulação é condizente com a especialização administrativa interna aos aparelhos de governo, onde os setores vinculados à política social tinham, neste período, importância secundária. Por outro lado, esta leitura é, também, condizente com a compreensão isolada - físico-territorial - das cidades (BARROS, 1986).

(*) Este artigo baseia-se em tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo, em novembro de 1988. Título da Tese: Rio-Metrópole: A Produção Social da Imagem Urbana.

(*) Comunicação ao XV International Congress of Latin American Studies Association (LASA). Miami, 4-6 dec. 1989. Mesa organizada por Bill Norris, em homenagem a Anthony Leeds.

A apreensão predominantemente espacialista da vida urbano-metropolitana contribui para a valorização unilateral do habitante na sua face de consumidor (SANTOS, 1987) e, mais acentuadamente, de consumidor de determinados bens, onde sobressai a moradia.

Apesar da real dramaticidade da questão da habitação nas grandes cidades, chama a atenção o fato de que, sob o estímulo deste enfoque, foram poucas as análises que procuraram integrar as carências urbanas à pesquisa concreta: do mercado de trabalho; dos circuitos excludentes da renda; das atividades econômicas e, ainda, da nova composição de classes do quadro urbano brasileiro.

Em decorrência deste fato, a agudização da crise urbana nos anos 80, manifesta na realidade quotidiana da violência, encontra, em grande parte, as ciências sociais brasileiras sob a influência de tendências que setorializam, de forma rígida, a vida coletiva ou que, seguindo os rumos da crítica ecológica, repudiam as metrópoles como espaços do futuro. Tende-se, assim, para a idealização do seu controle através da valorização da racionalidade técnica, justamente no período em que novas formas de apropriação dos espaços e da cultura - isentas de análise crítica - deixam suas marcas, e o planejamento dos seus interesses, na materialidade e na sociabilidade metropolitanas.

Nesta direção, Cynthia Ghorra-Cobin (1987), diretamente preocupada com a questão da inovação tecnológica, faz sobressair a modernidade dos espaços metropolitanos; instaurando a urgência de sua reconstrução conceitual:

"(...) nosso objetivo é de valorizar a metrópole enquanto sinal de um processo de 'complexificação' que, de agora em diante, atinge o conjunto da vida societal e que toca, mais precisamente, a interface entre os diferentes sistemas que a constituem" (p.7).

Esta forma de enfrentar os desafios contemporâneos da vida metropolitana encontra-se relacionada à relativização daquelas leituras que privilegiam a dimensão espacial imediata das metrópoles, isolando, por exemplo, o estudo dos interesses envolvidos na produção do espaço construído das outras formas de acumulação presentes ou dependentes dos contextos metropolitanos. E, mais claramente, estes desafios impõem o estudo dos elos que unem os espaços metropolitanos às transformações ocorridas na organização do território e da economia do país. Nesta postura, a lógica capitalista não se re-

sume, como em geral ocorre nas análises urbanas, aos limites intra-metropolitanos. Nas palavras de Milton Santos (1989):

"A partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, as mudanças não são, apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o país conhece e que explicam a nova situação.

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas" (p.4) (grifo no original).

A distribuição territorial desigual deste meio técnico-científico articulado à acumulação e às formas de exercício do poder cria novos conteúdos e papéis para as metrópoles, transformando o sentido histórico de suas formas de domínio no cenário do país e, modificando, agudamente, valores e processos de construção de identidades sociais e políticas.

A atuação dos processos modernos de comunicação precisa ser compreendida no cerne destas transformações que trazem, crescentemente, estímulos e diferenciações à base produtiva do país através do papel que exercem na organização do consumo. Trata-se da instalação rápida dos princípios reprodutivos de uma sociedade de massas que são impostos, com agilidade, no contexto de segregação social conformado pelas metrópoles brasileiras. (RIBEIRO, 1982).

Assim, a instalação histórica e política das formas modernas de comunicação exerce influência no papel dos espaços metropolitanos na modernização capitalista do país; na percepção coletiva das necessidades e, nas formas de interação urbana. Este conjunto complexo de fatores manifesta-se nos processos de individualização; nos fenômenos de multidão na cena política; na formação de identidades sociais transitórias e, nas estereotípias que orientam a vida quotidiana (HELLER, 1972).

As metrópoles encontram novas funções inscritas, amplamente, entre a produção de bens e serviços e, o consumo. Estas funções dependem de: inovações tecnológicas; descolamento especializado da esfera financeira; processos de afirmação de hegemonias culturais e dinâmicas modernas na divisão social do trabalho interno e externo ao espaço metropolitano.

Milton Santos (1989) elabora a apreensão analítica deste momento contemporâneo da urbanização brasileira, marcado pela afirmação socialmente seletiva do consumo massificado e, tecnicamente orientado:

"Outro dado importante a considerar é o desenvolvimento das formas de produção não-material; não apenas há um desenvolvimento das formas de produção material, há também uma grande expansão das formas de produção não-material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não-material que se disseminam sobre o território. Isso tudo se dá através do modelo econômico, que privilegia eo que se poderia chamar de distorção da produção, uma produção orientada para fora 'external oriented', uma distorção igualmente do consumo com maior atenção ao chamado consumo conspícuo, que serve a menos de um terço da população, em lugar do consumo das coisas essenciais, de que o grosso da população é carente" (p.6).

Instalam-se, desta maneira, elementos de inovação e de exclusão que precisam ser considerados pela análise sociológica contemporânea. Estes elementos modificam a paisagem urbana e, sobretudo, escrevem o novo texto simbólico cultural das metrópoles (LEFEBVRE, 1969), com grande influência no imaginário coletivo.

Comunicação e Consumo

As incorporações técnicas nas formas de comunicação constroem, atualmente, relações transformadoras entre mercado e cultura, trazendo, como consequência, profundas mudanças na natureza dos processos de inovação e, sobretudo, na intensidade de sua difusão social e territorial.

Se a inscrição espacial preponderante das funções culturais especializadas foi historicamente constituída, sobretudo pelos espaços urbanos - dadas as barreiras existentes à descentralização dos fenômenos da criação (CLAVAL, 1987) - os processos modernos de comunicação expressam novas exigências locacionais que ainda encontram nas grandes cidades o seu ninho privilegiado.

A comunicação moderna constitui, de fato, um universo de atividades de articulação, de vinculação entre interesses econômicos, especializações profissionais e firmas cuja inserção espacial é predominantemente urbana.

Desta maneira, a estrutura mercantil e financeira dos meios modernos de comunicação reflete e interfere na hierarquia de firmas e espaços. Esta hierarquia depende, assim, cada vez mais, da influência social destes meios e da sua interface com as formas atuais de administração. Nestas formas os estímulos organizados do consumo contribuem para o planejamento, de longo curso, da produção. Interferem, ainda, estes estímulos como campo especializado da competição capitalista.

As várias escalas que, simultaneamente, expressam o dinamismo da economia metropolitana encontram um caminho especialmente adequado à sua observação através da incorporação técnica realizada nos meios de comunicação. Esta incorporação permite, de acordo com Milton Santos (1989), a compreensão das desigualdades espaciais modernas, condizentes com o ritmo da vida econômica e as transformações sociais:

"A simultaneidade entre os lugares não é apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas (...). Nenhuma cidade, além da metrópole, 'chega' a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole" (p.18).

O extraordinário processo de urbanização da sociedade brasileira, nas últimas décadas (de 31.956.000 habitantes urbanos em 1960, a 82.013.000 em 1980), encontra, na instalação da rede moderna de comunicações, um estímulo adequado ao ajustamento às determinações do mercado - ainda que superficial e excludente - de populações desenraizadas e empobrecidas pelas violentas mudanças ocorridas no uso produtivo do território(1).

A extensão atual desta rede expressa a existência concomitante de fenômenos de: homogeneização capitalista do território; concentração técnica das atividades de emissão das mensagens e, desconcentração seletiva da área "core" do país.

Os espaços metropolitanos - sobretudo o eixo São Paulo e Rio de Janeiro - constituem o "locus" inicial da implantação, no país, desta face da modernização capitalista. A evolução histórica anterior - calcada na industrialização - construiu, nestes espaços, a base econômica e financeira que viabiliza a operação técnica e política dos chamados meios de comunicação de massas (sistemas de radiodifusão e radiotelevisão).

Esta operação - inicialmente reduzida ao pioneirismo de iniciativas empresariais isoladas (FERRAZ SAMPAIO, 1984) - encontra no Estado do período autoritário, e no conteúdo do seu projeto modernizador, o estímulo indispensável à sua extensão ao nível de todo o território nacional (ORTIZ, 1988). Nas décadas de 60 e 70 foram efetivamente rompidas as barreiras econômicas, técnicas e políticas - através da construção pelo Estado da Rede Nacional de Televisão (EMBRATEL) - que retinham a expansão comercial dos processos modernos de comunicação (TEIXEIRA DE FREITAS, 1980).

A decisão política de instalação desta base pelo Estado brasileiro conformou a armadura técnica que viabilizou a empresas privadas a sua organização também no formato de redes e, portanto, o desenho atual de sua influência econômica e cultural. Foram altamente socializados, assim, no âmago da sociedade brasileira, durante o período autoritário, os custos desta operação de sustentação da expansão dos conglomerados do setor de comunicações. Estes conglomerados, por outro lado, estiveram intrinsecamente articulados à integração e à modernização seletiva do mercado nacional.

A espacialização resultante destes processos espelha a ocorrência de fenômenos de desconcentração e reconcentração que acompanham a abertura limitada da área "core" do país durante as últimas décadas. Da tabela abaixo constam os Estados pertencentes à área concentrada (acima da média nacional) do setor de radiotelevisão.

Tabela I

Area Concentrada do Setor de Radiotelevisão no Brasil
1968/1983
Números de Emissoras (abs. e percent.)

1 9 6 8			1 9 7 3			1 9 7 8			1 9 8 3		
	Nº	%		Nº	%		Nº	%		Nº	%
SP	7	17,5	SP	8	12,5	RS	11	11,5	SP	14	11,8
MG	6	15,0	MG	7	10,9	SP	9	9,5	RS	14	11,8
RJ	5	12,5	RS	7	10,9	MG	8	8,4	PR	11	9,2
PE	3	7,5	PR	6	9,4	AM	7	7,3	RJ	9	7,6
DF	3	7,5	AM	5	7,8	PR	7	7,3	MG	9	7,6
			PE	4	6,2	RJ	6	6,3	SC	8	6,7
			DF	4	6,2	RO	4	4,2			
			RJ	3	4,7	PA	4	4,2			
						PE	4	4,2			
						MT	4	4,2			
						DF	4	4,2			

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1970/1985.

No entanto, a configuração espacial dos processos de modernização que estes dados expressam não correspondem, ainda, aos níveis de concentração observados nos processos de criação das mensagens (imagens e informações). Estes processos, em decorrência da configuração em rede do sistema moderno de comunicações; da existência de empresas que monopolizam o setor e, da articulação da emissão com a base financeira representada pelas firmas anunciantes, encontram-se intensamente retidos pelos espaços metropolitanos do país e, principalmente, por aquelas metrópoles que constituem o pólo de serviços especializados (ver Tabela II). Este fenômeno da concentração da criação já podia ser observada em 1978 quando os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro retinham 60% do pessoal em atividade no setor.

A concentração da criação articulada aos meios técnicos de comunicação muda, profundamente, o teor da hegemonia cultural exercida, tradicionalmente, pelas metrópoles. Os produtos vendidos pelas redes exigem a sua incorporação a outros produtos - arte e informação - e, ainda, a sua transformação em bens imateriais, isto é, imagens e palavras estimuladoras do consumo.

Esses processos de re-produção das mercadorias e dos serviços dependem dos recursos a trabalhos e firmas alta-

mente especializados. Tais firmas exercem atividades completamente indicadoras do nível de complexidade da cooperação capitalista que organiza e orienta as formas dominantes de apropriação dos espaços metropolitanos.

O dinamismo econômico dessas firmas demonstra o seu papel ativo na agilização do ritmo da acumulação. Este ritmo exprime, em sua essência, o crescimento da economia como um todo e, em particular, a aceleração do tempo metropolitano da vida coletiva. O grau de concentração destes processos contemporâneos de apropriação da riqueza pode ser verificado na tabela apresentada a seguir.

Tabela II

Receita e Número de Agências de Propaganda no Brasil
por Estados, 1985 (percent.)

Estado	Receita (%)	Nº de Agências (%)
São Paulo	66,94	49,36
Rio de Janeiro	19,94	14,83
Rio Grande do Sul	3,38	6,91
Minas Gerais	2,21	5,88
Bahia	1,41	1,53
Goiás	1,37	2,81
Pernambuco	1,24	2,05
Paraná	0,97	4,60
Santa Catarina	0,66	4,09
Ceará	0,59	1,02
Pará	0,35	1,28
Distrito Federal	0,34	2,30
Amazonas	0,20	0,77
Alagoas	0,17	0,77
Espírito Santo	0,13	0,77
Mato Grosso do Sul	0,05	0,26
Sergipe	0,03	0,26
Rio Grande do Norte	0,03	0,51
Brasil	100,00	100,00 (391)

Fonte: Federação Nacional das Agências de Propaganda (FENAPRO)

*Ranking das Agências de Propaganda, 1985a - São Paulo, 1986.

A extensão territorial da modernização encontra assim um indicador expressivo na observação da presença de agências de propaganda em quase todos os Estados. No entanto, esta presença, em vez de contrariar, confirma a ampliação das desigualdades espaciais decorrentes do aprofundamento do desenvolvimento capitalista do país.

Convém ressaltar que os efeitos culturais desta modernização atingem elementos essenciais da vida coletiva, já que são apropriadas partes constitutivas do tecido social na própria construção especializada da linguagem utilizada nos meios técnicos de comunicação. O elevado custo da veiculação das mensagens contribui para que seja radicalizada a possibilidade da difusão, em escala ampliada, de estereótipos de lugares e práticas sociais, extremamente limitadores à sua real apreensão.

A esses processos de simplificação e seleção encontra-se somado o sempre possível controle sobre o conteúdo das mensagens, exercido pelos interesses presentes na estrutura de anunciantes e pelas estratégias político-financeiras das grandes empresas do setor de comunicações. Constituem, ainda, limites concretos à difusão de idéias e informações realizadas pelas emissoras, o sistema político de concessão de licenças - afastado do controle social durante todo o período autoritário - e a subordinação de empresas locais à obrigatoriedade de compra e veiculação dos produtos criados pela matriz da rede à qual pertencem.

As redes de comunicação conformam, desta maneira, elos econômicos e político-culturais da modernização controlada de extensas áreas do território do país; seguindo e articulando os arranjos espaciais conformadores dos mercados oriundos do intenso processo de urbanização das últimas décadas.

A integração às funções do mercado capitalista de antigas regiões e localidades produziu a ruptura de formas anteriores de vida coletiva e, portanto, a desestabilização de sistemas de valores e de lentos processos de constituição do tecido social (MILANESI, 1978).

A urbanização brasileira concentrou e agudizou os extraordinários níveis de pobreza antes retidos nas malhas esgarçadas conformadas por economias de subsistência ou por economias calcadas na exploração extensiva da propriedade agrária (JARDIM, 1989). Trata-se da possibilidade histórica de constituição de um mercado de massas no Brasil. Esta possibilidade encontra apoio no próprio volume de consumidores pobres, sem outra possibilidade, além da ida ao mercado, de satisfação das suas necessidades elementares de reprodução.

A outra face desse processo de constituição do mercado moderno é conformada pelos novos segmentos médios e altos de renda ao longo da rede urbana moderna (SANTOS, 1989). Estes segmentos têm origem nos processos de concentração de rendas e salários propiciada pela incorporação crescente da técnica na divisão social do trabalho e, ainda, pela multiplicação de empresas - públicas e privadas - vinculadas aos conglomerados industriais e financeiros que dominam a economia brasileira.

Este conjunto de fenômenos contribui para a superficialização do tecido social e, para a penetração ágil dos impulsos modernizadores dos meios de comunicação. Estes impulsos ocorrem, portanto, numa realidade social conformada por identidades e raízes culturais violentadas e, por intensos fenômenos de exclusão e segregação sociais.

Sociabilidade Urbana e Participação Social

Os processos anteriormente descritos marcaram, profundamente, a face contemporânea do país. No entanto, estas marcas encontram sua expressão paradigmática, mais clara, nos grandes espaços metropolitanos. Nestes espaços ocorreram, com extrema intensidade, transformações no ritmo cotidiano da vida coletiva; na agilização das relações sociais; nas estratégias de sobrevivência e nas formas políticas de organização e manifestação sociais.

Tais transformações expressam mudanças nos sistemas de constituição das identidades sociais e culturais, realizadas sob o duplo signo - contraditório - da individualização típica da sociedade moderna de consumo e, das formas coletivas de defesa e de expressão política de interesses comuns. Este duplo signo não constrói realidades sociais estanques, não contaminadas, potencialmente capazes de darem apoio a classificações formalistas de partes do tecido social e/ou a segmentos do marco construído.

As camadas populares excluídas não se encontram isentas dos traços culturais da sociedade de massas (ORTIZ, 1988) e nem, tampouco, as classes médias e altas opõem-se, de forma linear, às formas de organização coletiva típicas da prática comunitária. Aliás, estas últimas classes podem, com muito mais facilidade do que os setores empobrecidos da população metropolitana, aderir aos princípios das comunidades políticas modernas, calcadas na coesão por valores éticos comuns. Existem, portanto, elementos contemporâneos no ethos metropolitano que resistem às simplificações analíticas que

busquem opor, rigidamente, elementos da cultura moderna aos da cultura tradicional historicamente construída.

De fato, as metrópoles conformam a expressão social dos novos patamares alcançados pelas necessidades coletivas, sob o impulso do papel exercido, por estes espaços, de plataforma técnica e financeira da acumulação capitalista. A face externa deste papel - constituída pela difusão ágil dos traços ambíguos da cultura metropolitana - reproduz-se, agudamente, na sua face interna.

Os meios modernos de comunicação, calcados na distribuição espacial dos mercados, encontram nas próprias regiões metropolitanas do país as principais áreas de recepção dos seus impulsos econômicos e culturais. Neste sentido, na década 70-80 (Tabela III), sofre intensa ampliação a rede dos domicílios receptores dos veículos de comunicação de massas. Os dados demonstram o amoldamento preponderante deste processo às áreas concentradoras da riqueza (região Sudeste) e, simultaneamente, a sua extensão a todo o território do país.

A população metropolitana encontra nos meios de comunicação de massas o seu espelho técnico-cultural e, sobretudo, os processos contraditórios de incorporação e segregação sociais a que se encontra submetida. As pressões à "participação passiva" e à "participação ativa" desta população (CARDOSO et alii, 1973) correspondem às características da direção moderna da vida metropolitana. Cabe enfatizar o fato de que estas pressões ocorrem no marco espacial, extremamente expandido e segregador, das metrópoles brasileiras atuais.

A extensão da recepção das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação implica mudanças na sociabilidade urbana e nas práticas culturais. Implica, ainda, a emergência de uma sociedade na qual sistemas estruturados de valores, construtores de identidades sociais foram amplamente substituídos por processos rápidos de identificação social. Estes processos radicalizam e ampliam os efeitos políticos da atomização social oriundos da modernização capitalista da vida coletiva; encontrando-se vinculados possivelmente, também, a algumas das formas atuais de expressão do protesto político na cena metropolitana.

Tabela III
Setor de Radiotelevisão no Brasil, por Estados - 1960/1980
Domicílios receptores (abs. e percent.)

Regiões e Unidades da Federação	1 9 7 0		1 9 8 0	
	Nº	%	Nº	%
REGIÃO NORTE	50.779	1,2	353.145	2,5
Rondônia	143	0,0	22.512	0,1
Acre	19	0,0	16.304	0,1
Amazonas	12.507	0,3	103.159	0,7
Roraima	14	0,0	6.517	0,0
Pará	37.994	0,9	192.059	1,3
Amapá	102	0,0	12.554	0,0
REGIÃO NORDESTE	323.058	7,6	1.899.618	13,4
Maranhão	10.884	0,2	101.303	0,7
Piauí	6.160	0,1	68.980	0,5
Ceará	52.408	1,2	286.383	2,0
Rio Grande do Norte	8.706	0,2	99.774	0,7
Paraíba	17.776	0,4	136.017	1,0
Pernambuco	109.039	2,6	476.706	3,4
Alagoas	13.151	0,3	104.353	0,7
Fernando de Noronha	-	-	95	0,0
Sergipe	6.375	0,1	83.121	0,6
Bahia	98.559	2,3	542.886	3,8
REGIÃO SUDESTE	3.211.047	75,5	8.665.171	61,3
Minas Gerais	350.483	8,2	1.401.634	9,9
Espírito Santo	40.770	1,0	221.719	1,6
Rio de Janeiro	1.011.479	23,8	2.232.442	15,8
São Paulo	1.808.315	42,5	4.809.376	34,0
REGIÃO SUL	564.784	13,3	2.534.035	17,9
Paraná	177.717	4,2	846.284	6,0
Santa Catarina	82.744	1,9	484.785	3,4
Rio Grande do Sul	304.323	7,2	1.202.966	8,5
REGIÃO CENTRO-OESTE	100.736	2,4	690.955	4,9
Mato Grosso do Sul	-	-	117.326	0,8
Mato Grosso	16.175	0,4	61.593	0,4
Goiás	44.291	1,0	306.340	2,2
Distrito Federal	40.270	1,0	205.696	1,5
B R A S I L	4.250.404	100,0	14.142.924	100,0

Fonte: Censo Demográfico do Brasil - 1970/1980.

Entre estas formas de protesto deve ser referida a tendência à formação de coletivos circunstanciais e espontâneos que interrompem - por curtos períodos - o ritmo da vida metropolitana(2). Estes coletivos reúnem, por vezes, segmentos da população metropolitana em direção à concretização de

metas extremamente claras, possuindo, em alto grau, a capacidade de mobilização de novos elementos, inclusive de inscrição social heterogênea. São exemplos os saques e quebra-quebras nas áreas centrais das metrópoles. Estas manifestações eclodem por motivações diversas; mas, a sua base ética, calcada numa matriz cultural subterrânea, pode ser frequentemente reconhecida (reações ao desemprego; à discriminação racial; à violência policial).

Estas formas de articulação social dependem, intensamente, do acionamento da estrutura simbólica da sociedade metropolitana, permitindo a integração, na ação comum, de segmentos da população sem qualquer outro tipo de convivência: lugar de moradia, trabalho, vinculação político-partidária. Nesta estrutura, portanto, existem elementos de leitura da vida coletiva que orientam a identificação dos opositores e o reconhecimento entre os iguais.

A importância dos elementos simbólicos nas formas contemporâneas de mobilização coletiva - exemplificadas pelos fenômenos de multidão - correspondente à complexidade da vida metropolitana e, também, às reduzidas possibilidades de participação política alternativa, dada a magnitude dos processos de exclusão social(3).

Estas características da vida metropolitana contemporânea intensificam o poder dos mitos e, sobretudo, daquelas empresas, forças políticas e práticas profissionais que dominam, diretamente, a produção e os processos de veiculação de sínteses expressivas da vida coletiva e do estado da sociedade.

Trata-se da afirmação da linguagem - mercantil e política - capaz de se apropriar da espontaneidade e da superficialidade inerentes à vida metropolitana e de traduzi-la em produtos aceitos pela população (pessoas, siglas e mercadorias). A experiência acumulada, nas últimas décadas, pelas empresas de propaganda e marketing e pelos veículos de comunicação transforma o conjunto de interesses com acesso a estes setores num dos principais núcleos do poder moderno na sociedade brasileira (KUNTZ, 1986).

O conjunto de símbolos políticos compete com o conjunto de símbolos dos circuitos de trocas capitalistas, o que submete o processo político geral, no país, ao seguinte questionamento crítico de Ciro Marcondes Filho (1986):

"A venda publicitária do candidato em nada difere de outros marketing da vida: as técnicas destes estão lá, afinal, para isso. Os nossos partidos incorporam, porém, estes rituais. Quais serão as

consequências políticas?" (p. 132) (grifos no original).

Entre as consequências consta, sem dúvida, a possibilidade da ocorrência de rápidos processos de adesão a personagens e partidos políticos, seguidos de processos, igualmente ágeis, de rejeição social. Na mesma direção, pode ser verificada, entre as consequências do uso crescente do marketing político, a presença de fortes elementos de desestabilização potencial da esfera política(4). A força destes fatos representa agudos desafios para a reconstrução democrática do país, especialmente no que se refere a conquistas sociais através do reordenamento institucional da esfera política.

A título de conclusão. *tendências à fragmentação social e ao corporativismo nos espaços metropolitanos*

A ocorrência de fenômenos que acentuaram, intensamente, a flexibilidade e a superficialidade do tecido social metropolitano é simultânea à instalação dos meios técnicos e político-econômicos que visam a apropriação e/ou o controle destas características através, inclusive, do obscurecimento da base ética da cultura do país. Por outro lado, a aglutinação circunstancial de forças sociais contestadoras - nos processos eleitorais e nas manifestações políticas espontâneas - não tem sido suficiente para a reversão das tendências à indiferença e à insensibilidade sociais. Neste sentido, as metrópoles brasileiras constituem exemplos - materiais e simbólicos - extremamente expressivos dos processos de modernização capitalista e modernidade excludente que marcaram a sociedade brasileira a partir de meados da década de 60 (BERMAN, 1986).

O processo de transição política do país permitiu o alcance do intenso crescimento e a visibilidade pública, sobretudo nos espaços metropolitanos, de novas formas de organização das reivindicações sociais (associações de moradores). Estas formas de organização têm, em geral, o objetivo de lutar contra: a queda da qualidade de vida; o descaso com relação aos serviços públicos; a elitização da política habitacional; a repressão às formas populares de solução da questão da moradia (favelas e ocupações de terra urbana) e, a apropriação das condições coletivas de vida realizada pelo capital imobiliário(5).

Estes formatos organizativos, no entanto, dificilmente conseguem estender a sua atuação e a sua influência ao

nível das questões relativas à qualidade ética e política do tecido social metropolitano. Profundamente envolvidas com os problemas imediatos de sobrevivência de amplas parcelas da população segregadas pelas novas formas de uso capitalista do espaço metropolitano e, com extraordinárias dificuldades para o alcance de formas contínuas de mobilização social - mesmo nas áreas mais ricas das metrópoles - essas associações não constituem, geralmente, canais de expressão política do protesto que expressa, simbólica e materialmente, as raízes mais profundas dos sentimentos coletivos de exclusão social. A violência individual e coletiva que caracteriza os contextos metropolitanos demonstra, de forma clara, esta impossibilidade. Cabe ressaltar, ainda, o fato de que a população reaprende agora a lidar de forma ampla - através das primeiras eleições presidenciais após o período militar - com as instituições políticas e a ordem jurídica (partidos, representações e legislação).

Além disto, amplas parcelas dos habitantes das grandes cidades brasileiras não possuem condições mínimas de vida que possibilitem a sua participação, de maneira contínua, em qualquer tipo de organização ou instituição social que não traga a expectativa de resposta imediata para as suas carências materiais e/ou psicológicas. Esta realidade pode ser demonstrada através do crescimento intenso, nas áreas metropolitanas e sobretudo nas suas periferias, das associações recreativas e das igrejas pentecostais (ZALUAR, 1985; SANTOS, 1986).

O quadro social metropolitano traz ainda como possível consequência a acentuação do risco do corporativismo urbano e das estratégias defensivas desenvolvidas pelos setores privilegiados da sociedade, e, a tendência à queda da sociabilidade urbana com decorrente perda de valores culturais.

Esta situação social impõe a reflexão das especificidades da crise urbana brasileira. Esta crise não é apenas econômica; mas, também, institucional, política e ética. As forças econômicas que hoje dominam e se apropriam da face tecnicamente mais moderna dos espaços metropolitanos alcançaram, através da intervenção do Estado, novas, e extraordinariamente mais amplas, escalas de realização dos seus interesses. Em contrapartida não se encontram absolutamente comprometidas com a integração aos frutos positivos da vida moderna da grande maioria da população das grandes cidades brasileiras. Estes fatos produziram uma profunda cisão no âmago da vida urbana contemporânea.

A metrópole dos interesses dominantes pode ser relativamente "dissolvida" (SANTOS, 1989) na era da técnica e do domínio imaterial representado pelas mensagens, pelas in-

formações de transmissão instantânea. O mesmo não ocorre para as populações segregadas e desenraizadas pela modernização capitalista do território do país e excluídas do usufruto do marco urbano, onde se encontram concentradas. Estas populações têm o seu futuro desenhado e contido nos limites da metrópole. Como fazer renascer a questão social no âmago do espaço econômico e culturalmente segregador da cidade tecnicamente moderna?

O enfrentamento de parte relevante deste desafio exigirá a descoberta de novas formas de participação política que incorporem as conseqüências culturais da exclusão social e que consigam enfrentar, com eficácia, o conjunto de interesses que moldou, e que busca controlar, a face contemporânea da vida metropolitana.

NOTAS

- (1) Este processo de integração superficial e excludente, calcado na extensão atual da ansiedade pelo consumo, por ser reconhecido - em toda a sua força política potencial - através do alto nível de adesão social foi alcançado pelo Plano Cruzado. Este Plano, ao ser lançado em 1986, mobilizou extensas parcelas da população urbana - transformadas em "fiscais do Sarney" - definindo a vitória do partido no poder (PMDB) nas eleições para os governos estaduais.
- (2) Desde meados da década de 70, ocorrem, nas grandes cidades brasileiras, intensas mobilizações sociais que expressam repúdio às precárias condições de vida da maior parte da população e a reação popular contra abusos do poder econômico e das forças de repressão. Essas mobilizações atingiram o auge no início do processo de abertura política e, por ocasião da primeira eleição, pelo voto direto, para os governos estaduais (quebra-quebra em São Paulo; ampla ocupação de terras no Rio de Janeiro). Correspondem, portanto, estas formas de manifestação social, a leituras generalizadas das relações sociais e da conjuntura política.
- (3) A valorização do pensamento de Eric Hobsbawm e de outros autores da corrente da história social, iniciada no final dos anos 70, infelizmente não obteve a mesma ênfase nos anos 80. Essa valorização tinha estimulado a análise crítica do conceito "movimentos sociais pré-políticos" - proposto por Eric Hobsbawm e potencialmente aplicável às manifestações sociais espontâneas - e levantados os limites da adaptação à América Latina do ideário democrático de origem européia (Ver PINHEIRO, P.S. (coord.) - O Estado Autoritário e os Movimentos Populares, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979).
- (4) Os elementos simplificadores e, portanto, mitificadores da extrema complexidade do quadro econômico e social do país - elaborados, com eficácia, pelo marketing político - podem ser amplamente reconhecidos na campanha eleitoral, em curso, para a Presidência da República. O teor maniqueísta das análises estimuladas pelo marketing aparece no uso exacerbado de antigas dicotomias ainda atuantes no ideário político do país: velho x novo; tradicional x moderno; amadorismo x eficiência; idealismo x oportunismo; moralidade x corrupção.

- (5) Existe, no país, uma já ampla produção das ciências sociais voltada para a recuperação histórica e análise teórica do potencial político dos movimentos sociais urbanos. Esta produção tem encontrado uma ocasião adequada para a sua aglutinação e debate nas reuniões anuais do Grupo de Trabalho "Lutas Urbanas, Estado e Cidadania" da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).
Têm sido realizados, também, balanços críticos frequentes desta produção. Entre estes balanços podem ser citados:
JACOBI, P. - "Movimentos Sociais no Brasil", in Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, ANPOCS, 1980.
MACHADO DA SILVA, L.A. e RIBEIRO, A.C.T. - "Paradigma e Movimentos Sociais: por onde andam nossas idéias?", in Ciências Sociais Hoje, 1985, São Paulo, ANPOCS/Cortez Ed.

BIBLIOGRAFIA

- BARRIOS, S. - 1986 - "A Produção do Espaço" in Maria Adélia A. de Souza e Milton Santos (orgs.) - A Construção do Espaço, São Paulo, Ed. Nobel.
- BERMAN, M. - 1986 - Tudo que é sólido desmancha no ar (A Aventura da Modernidade), São Paulo, Companhia das Letras.
- CARDOSO, F.H. et alii - 1973 - "Cultura y Participación", in Paul Singer (coord.) Urbanización y Recursos Humanos (El Caso de San Pablo), Buenos Aires, Ed. SIAP.
- CLAVAL, P. - 1987 - "Les Fonctions Culturelles des Capitales", Colóquio Milieux Sociaux et Innovation, Paris.
- FERRAZ SAMPAIO, M. - 1984 - História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo (Memórias de um Pioneiro), Rio de Janeiro, Achiamé.
- FOURQUET, F. e MURARD, L. - 1978 - Los Equipamentos del Poder (Ciudades, Territorios y Equipamentos Coletivos), Barcelona, Ed. Gustavo Gili.
- GHORRA-COBIN, C. - 1987 - "Technologies de Pointe, Espaces Métropolitains: Peut-on parler de déclin?", Colóquio Milieux Sociaux et Innovation, Paris.

- HELLER, A. - O Quotidiano e a História, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- JARDIM, A.P. - 1989 - A Influência da Migração Recente no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste, Rio de Janeiro, mimeo.
- KUNTZ, R.A. - 1986 - Marketing Político (Manual de Campanha Eleitoral), São Paulo, Ed. Global.
- LEFEBVRE, H. - 1969 - O Direito à Cidade, São Paulo, Ed. Documentos.
- MARCONDES FILHO, C. - 1986 - Quem manipula quem? (Poder e Massas na Indústria da Cultura e da Comunicação no Brasil), Petrópolis, Ed. Vozes.
- MILANESI, L.A. - 1978 - O Paraíso via Embratel (O Processo de Integração de uma Cidade do Interior Paulista na Sociedade de Consumo), Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2 ed.
- MUNIZ SODRÉ - 1972 - A Comunicação do Grotesco, Petrópolis, Ed. Vozes.
- ORTIZ, R. - 1988 - A Moderna Tradição Brasileira (Cultura Brasileira e Indústria Cultural), São Paulo, Ed. Brasiliense.
- RIBEIRO, A.C.T. - 1982 - "Cidades Brasileira - Macro-guetos?, in Anais do Terceiro Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), São Paulo.
- SANTOS, J.R. dos - 1986 - "IPCN e Cacique de Ramos: Dois Exemplos de Movimento Negro na Cidade do Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, pesquisa Movimentos Sociais na América Latina. U.N.U.
- SANTOS, M. - 1987 O Espaço do Cidadão, São Paulo, Ed. Nobel.
- - 1989 - "Modernidade, Meio Técnico-científico e Urbanização no Brasil", International Symposium on Latin American Urbanization, Tsukuba.
- TEIXEIRA DE FREITAS, L.C. - 1980 - "Os Números da TV", in Briefing, set.
- ZALUAR, A. - 1985 - As Máquinas e a Revolta (As Organizações Populares e o Significado da Pobreza), São Paulo, Ed. Brasiliense.

Martim Oscar Smolka
Professor do IPPUR/UFRJ

Introdução

Nas notas que se seguem, tentaremos demonstrar que a demanda efetiva por imóveis novos é bastante sensível ao ritmo e características do movimento de expansão do setor imobiliário, ou seja, às próprias características da produção e oferta de tais imóveis. A discussão limitar-se-á ao segmento de ponta do setor, na medida em que, aí aquelas determinações, se apresentam de modo mais transparente. Dada a especialidade destes movimentos de capital, será possível extrair, também, desta análise algumas implicações sugestivas sobre a relação preços entre imóveis novos e usados, e preços dos imóveis entre diferentes áreas urbanas.

Diante das freqüentes crises de demanda, no setor imobiliário, expressas na forma de superprodução de habitação, falta de mercado ou de estímulo para a iniciação de novos empreendimentos, o incorporador vale-se sobretudo da contínua requalificação da mercadoria produzida como importante expediente para deslocar a demanda efetiva. As externalidades negativas conseqüentes à própria seqüência de ocupação do solo urbano, facilitam aquele processo. Na medida em que bairros vão se saturando, alteram-se suas características (qualidade de vida, etc.) e, conseqüentemente, a adequação entre os extratos sociais e seu habitat(1). Com isto o mercado imobiliário conta, com expressivo mecanismo gerador de obsolescência natural(2) dos produtos, cujo resultado é o retorno ao mercado daqueles consumidores movidos pela necessidade de restaurar as qualidades, ou os status originais de suas residências. Essa depreciação moral do estoque existente como mecanismo de deslocamento da demanda efetiva será tão mais eficaz quanto o é a própria atividade, por exemplo, do capital incorporador, na elevação do "status" dos bairros e/ou sua degradação a partir dos empreendimentos realizados.

Trata-se de processo claramente associado à intensificação da segregação social no espaço. Uma atuação daqueles capitais voltada para uma maior homogeneização ou miscigenação social da ocupação agiria em sentido inverso, pois os

imóveis existentes teriam seu valor determinado quase que exclusivamente pela construção em si e não seus atributos no que concerne à externalidade e outras singularidades(3).

Um segundo mecanismo eficaz na criação de novas necessidades é a própria modificação no produto através de inovações no tipo dos empreendimentos imobiliários.

Uma observação casual ou superficial sobre a evolução das características dos novos empreendimentos imobiliários realizados, evidencia significativas mudanças nas "preferências reveladas". Assim, com a generalização do acesso ao automóvel, desvalorizam-se os edifícios sem garagem, o mesmo ocorrendo a seguir com os apartamentos sem suite; mais adiante, a varanda constitui no novo "must", idem para as portarias suntuosas, os "play-grounds", saunas, piscinas, e assim por diante, sem contar as próprias exigências, quanto à arquitetura(4).

O importante a notar é que estas novas "preferências" são determinadas pelas inovações introduzidas pelas próprias incorporadoras. Por outro lado, transformações na sociedade como um todo criam também novas necessidades que podem ser convenientemente exploradas pelas imobiliárias. Assim, o tipo mais adequado de habitação depende, por exemplo, da importância de empregados domésticos, da estrutura familiar, das formas de interação social, etc. Tudo isto afeta as novas proporções que devem ser guardadas entre os cômodos, ou entre a área social e privativa, etc. Ademais, não é desprezível o impacto da idade em que os filhos conquistam sua independência sobre a expansão da demanda habitacional. A violência urbana, convenientemente manipulada pelos órgãos de comunicação (financiados inclusive pelo setor mobiliário), tem sido apontada como o importante fator na desvalorização de casas (leia-se barateamento de terrenos), e concomitantemente valorização de prédios dotados de dispositivos (arquitetônicos ou não) que permitam maior segurança.

Enfim, a indústria imobiliária conta com substanciais meios para deslocar a demanda efetiva, principalmente no que concerne ao mercado de mais alta renda. Estes expedientes retardam a penetração deste setor mais avançado em direção aos mercados de mais baixa renda, na medida que deslocam os segmentos mais dinâmicos da demanda(5) para as novas habitações. Com isso, estabelece-se a situação em que a idade do imóvel, agora intimamente associada às suas qualidades ou características, passa a ter grande influência sobre seu preço relativo. Contudo, o fato de representar um ativo fixo de grande durabilidade física e alto preço unitário de produção, faz com que, apesar de sua desvalorização cadente em relação aos novos imóveis, mantenha-se elevado o custo de oportuni-

de para sua destruição e substituição, garantindo, assim, sua permanência por, ainda, longos períodos.

Isto faz com que a intensificação da ocupação do espaço envolva consideráveis mudanças qualitativas nos empreendimentos. Ou seja, os novos empreendimentos (associadas aquelas inovações do produto, etc.) tendem a localizar-se em novas áreas geográficas(6). Daí a razão pela qual é possível, com certa facilidade, a identificação, grosso modo, de áreas urbanas com o tipo de edificações que as ocupam.

As implicações e o significado adquirido para a segregação social urbana são imediatos. Quanto mais intenso e compacto (isto é, intensificação sequencial da ocupação geográfica) o processo de expansão imobiliária pela inovação do produto (empreendimentos) maior o "craqueamento" da segregação social urbana pré-existente. Trata-se, portanto, de processo em que a segregação social no espaço emerge como expressão do movimento dos capitais oligopolistas envolvidos nos negócios (principalmente incorporação) imobiliários no sentido de estender continuamente seu mercado através da inovação e diferenciação dos produtos.

A indústria imobiliária pode contar ainda com a extensão de seu mercado a outros segmentos sociais ou classes de renda ainda não afetados. Ou seja, se se admite que a organização da indústria imobiliária está sujeita a contínuas transformações, com novas formas de organização e atuação sendo sucessivamente introduzidas (novas modalidades de ocupação do solo ou de incorporação, etc.) pode-se admitir também que estas ondas de inovação não são instantaneamente generalizadas no sistema como um todo.

Assim, a cada momento, para as unidades mais avançadas do capital, são formadas sistematicamente "periferias internas", isto é, áreas ainda não penetradas e dominadas pelas novas modalidades de ocupação e utilização do solo.

Neste sentido, a cidade é percebida como uma amálgama de diferentes formas, contemporâneas de ocupação e edificação; formas estas, que muitas vezes correspondem a diferentes estágios de desenvolvimento das formas produtivas estendendo-se desde a autoconstrução e incorporação individual até os empreendimentos complexos orquestrados pelo capital financeiro, Estado, etc., passando por empreendimentos sujeitos à lógica do capitalismo concorrencial.

O próximo passo nesta linha de argumentação é a delimitação destes elementos em áreas geográficas específicas, ou seja, as formas referidas mais acima são, também, mais ou menos localizadas espacialmente. Assim, é possível conceber

a superposição geográfica destas formas, em vista dos já citados elevados custos de oportunidade envolvidos na destruição de itens do ambiente construído. De fato, a coexistência de submercados pode ser entendida, também, mas não apenas, como o resultado da superposição de formas transformadas ou não, de organização da ocupação urbana que prevaleciam em diferentes períodos da história da estruturação interna da cidade.

O elemento novo, para a reflexão que ora se introduz, é exatamente a remoção paulatina daquelas barreiras entre submercados levada a efeito pelos capitais mais avançados que percebem aqueles submercados com espaço para a expansão do mercado(7). Mas, para conseguir isto, estas unidades avançadas devem, antes, por assim dizer, desestruturar tais (novas) áreas de penetração apressando a depreciação dos imóveis existentes pela revalorização das áreas, e/ou criando novas necessidades através da propaganda e outros artifícios mercadológicos, de modo a deslocar a demanda efetiva aos novos grupos sociais em mira.

O Estado pode ser providencial neste sentido ao estimular a demanda agregada, como já visto, nos programas voltados a substituir habitações precárias, bem como, via realização de certas obras destinadas à revitalização de áreas deterioradas ou à redefinição de áreas. Assim, por exemplo, a construção do metrô carioca não só consolidou as tendências de deslocamento dos escritórios das grandes empresas para o eixo Glória-Flamengo-Botafogo, como exigiu a reconversão de uso do solo na cidade nova e a redefinição dos gabaritos nas áreas tributárias, de modo a viabilizá-lo, ampliando a demanda pelo serviço que oferece(8).

Diante do exposto, fica fácil perceber que a relação entre o preço dos imóveis novos e usados e entre os preços dos imóveis entre áreas urbanas é bastante sensível aos diferentes mecanismos que são acionados para a expansão da demanda efetiva, principalmente no "setor de ponta" do mercado imobiliário. Esta expansão se faz acompanhar de significativas redistribuições de valores patrimoniais tanto entre diferentes segmentos do mercado quanto entre capitais imobiliários. Vale dizer, o paulatino domínio sobre o mercado exercido pelas empresas mais sofisticadas(9) e, concomitantemente, ao controle de segmentos específicos do mercado pelas empresas menores, faz-se acompanhar de um aumento de diversificação do mercado e, com isto, de variância dos preços, segundo os tipos de imóveis e áreas.

Esta diversificação relativa torna o mercado mais incerto aumentando o risco das operações imobiliárias. Isto se manifesta concretamente na maior demora em integralizar a

comercialização dos imóveis, algo que, aos poucos, vai corroendo margens de lucro de incorporação. Ou seja, por um lado mantém-se uma produção de imóveis na qual os custos associados aos atributos do produto prevalecem sobre os da construção p.d., e, por outro enfrentam-se maiores dificuldades em recuperar o capital.

A expansão fictícia da demanda efetiva acaba por acentuar as dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro na retração.

NOTAS

- (1) Como ilustração para este processo, considere-se o deslocamento histórico de áreas tidas como nobres na cidade do RJ, eg: Copacabana, Ipanema e Leblom, e agora, a Barra da Tijuca, etc. Embutido neste processo percebe-se claramente a contínua geração de novas necessidades.
- (2) Já que não chega a ser necessário planejá-lo, isto é, internalizá-lo no próprio processo de produção tal como usualmente praticados noutros ramos industriais. Na verdade como veremos mais abaixo, é exatamente a falta de um efetivo planejamento urbano, o responsável pelo agravamento dos efeitos externos negativos consequentes a intensificação da ocupação do solo urbano.
- (3) Como corolário, infere-se que o processo de segregação social no espaço está associado a uma contínua elevação dos preços dos imóveis.
- (4) As diferenças na arquitetura dos prédios permitem, de certa forma, melhor localizá-las no tempo, do que o próprio estado geral de sua conservação. Por constituírem, de fato, "obras de arte", o consumo destes artefatos está sujeito a interferências de ondas de modismo.
- (5) Estes segmentos não são evidentemente dados "a priori". Ou seja, a atividade das imobiliárias inovando e diferenciando nos novos empreendimentos, por assim dizer, "desloca" do mercado aqueles segmentos sociais (mais dinâmicos) dos quais maior excedente do consumidor pode ser extraído na forma de ganhos de incorporação.
- (6) Uma área já saturada no passado pode receber novos empreendimentos desde que seus imóveis já se encontrem suficientemente depreciados ou desvalorizados.
- (7) A difusão de "incorporadoras de ponta" na Zona Norte, subúrbio, e mesmo áreas centrais dos municípios dormitórios em torno da cidade do Rio de Janeiro ilustram bem o ponto. Obviamente, este movimento se apresenta como necessário na medida em que são saturados os mercados superiores.
- (8) Não deixa de ser paradoxal que, para resolver certos problemas de congestão urbana (de transporte, etc.), a solução apresentada, simplesmente, restabeleça um patamar, ou as bases para um novo ciclo de expansão que reafirma as próprias dificuldades originais. Um horizonte de mais longo prazo num planejamento mais esclarecido e democrá-

tico (isto é, sensível às necessidades da população como um todo), certamente recomendaria a utilização dos recursos dispendidos nesta obra na extensão dos serviços básicos de infra-estrutura (água, luz, esgoto, etc.) a totalidade do ecúmeno urbano. A maior homogeneização do espaço, ao menos no que concerne a certos meios coletivos de consumo, certamente reverteria aquelas tendências concentradoras e os problemas de congestão a elas associadas. A própria necessidade de uma solução tão dispendiosa, e socialmente viesada como o metrô poderia, assim, ser relativizada e repensada.

- (9) Processo este que se faz acompanhar da concentração de capitais.

INVASÕES E INTERVENÇÕES POLÍTICAS: UMA POLÍTICA DE ATRIBUIÇÃO ESPACIAL EM SALVADOR, 1946-1989 (*)

Angela Maria Gordilho Souza (**)
Arquiteta, Mestre pelo IPPUR/UFRJ
Pesquisadora CNPq (Mestrado FAUBA)

Introdução

A história recente da estruturação do espaço urbano nas grandes cidades brasileiras tem sido abordada sob diversos ângulos e matrizes teóricas. As análises mais abrangentes, e também mais realistas, demonstram que a dinâmica da acumulação capitalista constitui a força motriz das relações sociais de produção e consumo no espaço, e do espaço em si, sendo a ação do Estado fundamental para que as condições gerais desses processos existam.

Entretanto, algumas dessas leituras passam também a idéia de que cada lugar e região apresenta suas especificidades culturais, históricas e conjunturais que marcam o processo econômico, portanto, importantes de serem compreendidas e analisadas nos seus aspectos particulares, para que seja possível uma apreensão qualitativa do lugar.

Salvador, cidade enfocada neste estudo, é um caso típico dessa fragmentação amalgamada que caracteriza por excelência o urbano. Existindo há quase cinco séculos, foi absorvida na dinâmica do capitalismo industrial brasileiro, no final da década de quarenta, tendo, desde então, sido objeto de um intenso processo de urbanização e de transformações sociais, econômicas e espaciais. Desta forma, os elementos estruturais e estruturantes do modo de produção capitalista têm se manifestado gradativamente mais hegemônicos, forjando, através da sua lógica, um espaço prioritariamente racional, funcional e produtivo, portanto, idealmente homogeneizante, porém em tensão permanente de destruição/construção. Este processo tendencial de homogeneização conflita com o conjunto das relações sociais criando, desta forma, a cada enfrentamento, formas estratégicas de comportamento dos agentes envolvidos que irão se refletir no espaço físico, dando origem a situações e fenômenos específicos.

Este estudo toma como objeto de análise particular um desses processos: as invasões em Salvador. Estas se iniciam, enquanto modalidade de habitação popular, desde meados da década de quarenta até os dias atuais, tendo gerado fortes conflitos e uma intervenção contínua do Estado.

O termo "invasão" será aqui utilizado da forma como tem sido absorvido pela comunidade soteropolitana em geral, desde o início do fenômeno, designando as áreas de habitação popular que se formaram ou cresceram por ocupação espontânea, direta e, sobretudo, de forma coletiva, iniciada por famílias sem recursos e sem moradias, à revelia do proprietário fundiário, portanto, sem consentimento, intermediação ou comercialização do título de uso do solo, distinguindo-se por esta via das áreas faveladas em geral, que se originaram de formas consensuais de ocupação, como arrendamentos, cessões, loteamentos e outros tipos de parcelamento, nos quais o solo constituía mercadoria no momento da ocupação. Para efeito de quantificação e análise, considerou-se o termo "ocorrência de invasão", como cada ocupação, do tipo acima descrito, de no mínimo cinquenta pessoas, iniciada coletivamente em um determinado momento e terreno, podendo - o que hoje se configura como um mesmo grande aglomerado de habitações populares, designado como uma invasão - ter se originado por várias "ocorrências", consecutivas ou não, de invasões distintas.

Constituindo, na atualidade, a quarta capital brasileira em população (2.051.184 habitantes) e um dos mais importantes centros econômicos do país, Salvador parece conviver em limites virtuais de tolerância com relação às invasões; considera-se, para esta observação, o enfrentamento entre os agentes e lógicas envolvidos no processo de estruturação urbana, o novo momento de democracia que se iniciou na história política do país e o estágio da economia nacional e local, conducente a ampliar, cada vez mais, a modernização das relações capitalistas no espaço.

Portanto, ao demonstrar-se o significado das invasões na espacialidade de Salvador, procura-se também ilustrar como tem sido "resolvido" o impasse, tão atual nas cidades brasileiras, criando historicamente entre a crescente valorização do solo urbano e o acesso social à terra, por processos não-capitalistas, constituídos a partir da necessidade de moradia para uma demanda absolutamente não-solvável para o capital. Nesse sentido, portanto, verifica-se nesse trabalho, como tem ocorrido o processo das invasões e intervenções do Estado, o que representam e quais as tendências no processo de estruturação da cidade.

Origem das invasões em Salvador

Primeiro centro urbano do Brasil, a cidade de Salvador foi fundada em 1549, em um sítio escarpado e constituído de sucessivas cumeadas e vales, apropriado, portanto, às funções para as quais fora inicialmente prevista, de domínio e defesa do território conquistado. Resultou, assim, de uma ação direta dos colonizadores, sendo o Estado português e a Igreja os principais agentes do processo pioneiro de sua estruturação.

Posteriormente, como sede do governo colonial, consolidou-se enquanto centro comercial e administrativo, o que acarretou outras solicitações sobre o espaço urbano, então constituído, e a crescente interferência no processo de estruturação físico-espacial de agentes econômicos.

A configuração urbana resultante foi praticamente mantida até meados do século XX, quando uma nova era econômica despontava com a decadência da economia de base agro-exportadora, e com a manifestação dos primeiros sinais do movimento de ampliação do processo de industrialização, que já havia se iniciado no sul do país(1). A partir de então, grandes mudanças sociais, econômicas e políticas iriam se manifestar, implicando uma nova estruturação espacial e em novas funções para o Estado, no urbano, que passa a interagir com novos agentes econômicos, quais sejam, os segmentos capitalistas industrial e imobiliário e com um contingente populacional maior, mais concentrado e diversificado.

Os primeiros sintomas dessas mudanças sobre o espaço urbano irão se manifestar através da forte crise habitacional que se estabeleceu então.

As grandes levas de trabalhadores, dispensados do campo, fizeram com que a população soteropolitana, entre 1940 e 1950, passasse de 290.443 para 417.235 habitantes, crescimento este, extremamente elevado ao se confrontar o censo anterior de 1920, que estimava uma população de 283.422 habitantes (IBGE *apud* Brandão, 1963:158). Esta intensa demanda por moradia irá encontrar uma estrutura habitacional, nos limites do núcleo urbano, já praticamente esgotada. Predominava o sistema de aforamentos e arrendamentos de terras e alugueis de casas, principalmente para os estratos sociais de média e baixa renda, que ocupavam os cortiços nas áreas centrais degradadas, as séries de habitações coladas umas às outras conhecidas como avenidas, situadas nas áreas residenciais antigas, e os bairros pobres surgidos na primeira metade do século (Brandão, 1963).

Por outro lado, ocorria também uma crescente solicitação de áreas para novas funções administrativas e para ampliação do terciário, que crescia significativamente (Santos, 1960). Registra-se, assim, um intenso processo de transformação do centro urbano com constantes demolições para alargamentos de vias e eliminação de habitações. Isto iria também contribuir para pressionar a ocupação de novas áreas periféricas, estas constituídas não apenas nas áreas mais distantes do núcleo urbano, como também nos vales próximos, entretanto, desocupados e de difícil acesso.

As características particulares da estrutura fundiária em Salvador, com o solo nas mãos de poucos grandes proprietários (Igreja, Poder Público e alguns particulares) e sob um sistema fundiário arcaico, tinham influência direta, também, na produção de habitação e no uso do solo em geral. A cidade herdara uma estrutura fundiária assentada sobre o sistema de enfiteuse(2) ou aforamento, o que acabava por bloquear o mercado fundiário. Apesar disto, nessa época, sucessivos loteamentos foram projetados, entretanto, ficaram vazios durante muitos anos.

Até os anos quarenta, a ocupação espontânea em terreno de outrem, para efeito de habitação popular em Salvador, fora uma prática comum e legítima, como indicam os estudos consultados sobre a questão, e até mesmo incentivada por alguns proprietários de terras desocupadas na periferia urbana.

Com o crescimento demográfico, os proprietários viam nessa prática uma possibilidade de atrair infra-estrutura e serviços coletivos, valorizando, desta forma, as áreas adjacentes aos núcleos de ocupação. Esta prática, constituía, portanto, uma ocupação consentida pelos proprietários e enfiteutas que, além da expectativa de valorização, arrecadavam, também, uma certa renda, cobrando dos ocupantes uma taxa anual, bem como uma taxa sobre as transferências. Com isso, legitimava-se o direito de edificação em lotes demarcados, cujo valor para o ocupante ficava restrito à benfeitoria edificada.

Enquanto, no início do processo, as ocupações para uso de habitação popular foram absorvidas e até incrementadas, aos poucos, as glebas vazias, bem situadas, passam, gradativamente, a serem resguardadas, no rastro deste mesmo processo de valorização. Portanto, logo o sistema de concessão de posse de terrenos iria dar mostras de que nem sempre constituía o uso e o meio mais viável e lucrativo para a propriedade fundiária. Além disto, a baixa demanda solvável acabaria por levar, nas décadas seguintes, a produção de loteamentos e a incipiente produção capitalista de habitação a uma crise de realização.

As conseqüências dessas transformações, evidentemente, irão se fazer sentir de forma mais intensa para a parcela mais pobre da população, que crescia com baixa oferta de emprego no mercado formal para a qual a cidade urbanizada não mais oferece espaço habitacional, compatível com as suas rendas. Esta população é empurrada, desta forma, para a periferia, fomentando um contingente populacional invasor.

Surgem assim, no final da década de quarenta, "os primeiros grandes conflitos abertos entre proprietários e poder público, de um lado, e favelados de outro [...] emergindo a categoria de 'invasão', como indicador da ocupação de áreas ociosas" (Brandão, 1978:132). A invasão conhecida como Corta-Braço, em área situada no bairro popular da Liberdade, representou um caso pioneiro e típico desse novo momento, vindo a se constituir em 1946, numa grande ocupação, de forma coletiva, que acabou por politizar a questão da habitação. O proprietário da área manifestou a possibilidade de arrendamento da mesma, a partir de contatos mantidos com pessoas interessadas, pelas dificuldades já mencionadas, de alojamento na cidade. Como, depois de alguns acertos iniciais, houve desistência por parte do proprietário, aos poucos, algumas famílias começaram a ocupar a área, na esperança de que, consumada a ocupação, haveria a posteriori um acerto de contas e a legalização da posse através do arrendamento. O proprietário recusou-se a aceitar o fato e solicitou a expulsão judicial dos ocupantes, estabelecendo-se, dessa forma, o primeiro grande conflito desta natureza.

A intervenção do Estado, nesse episódio, se deu, em primeira instância, através do judiciário, mas logo em seguida foi acionado o "poder de polícia" para efetuar a expulsão, o que, entretanto, apesar das várias tentativas, não se concretizou. A conjuntura política da época, com o retorno das eleições depois de um longo período da ditadura do "Estado Novo", propiciou a negociação para que a ocupação se mantivesse. O governador Otávio Mangabeira, recém eleito em 1947, depois de muitas pressões, decidiu pela desapropriação da área em favor dos ocupantes.

Esse processo de transformação urbana irá atravessar toda a década de cinquenta até meados de sessenta, quando efetivamente ocorrem grandes impactos no desenvolvimento das relações capitalistas de produção em Salvador, a partir, principalmente, da implantação de grandes projetos industriais induzidos por incentivos do Estado; primeiramente, o Centro Industrial de Aratu - CIA, em 1966 e, em seguida, o Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC, em 1972. Inicia-se, então, uma transformação mais intensa e ampliada da estrutura urbana, resultando num processo de urbanização acelerada, na qual os diferentes agentes produtores do espaço pas-

sam a interagir, sob a lógica primordial da valorização do capital e do solo urbano.

Entretanto a necessidade por habitação, o baixo poder aquisitivo, as conjunturas políticas diferenciadas e as particularidades do lugar, levam a que o fenômeno das invasões em Salvador se manifeste desde então até os dias atuais, com significativos efeitos na estruturação espacial da cidade.

A situação sócio-habitacional em Salvador, no início da década de oitenta, revelava-se sucintamente através dos seguintes dados. em torno de 83,2% da população de dez anos ou mais, que correspondia a 73,3% do total, tinha rendimento médio mensal menor que três SM (incluindo os 44,5% sem rendimentos) (Bahia, 1985). A maior parte da PEA, aproximadamente 52%, estava no mercado informal de trabalho (Bahia, 1983). A produção de habitação, propiciada pelo Estado, para as faixas de renda de um a cinco SM (URBIS/BNH), na Região Metropolitana de Salvador - RMS, até 1986, havia sido de 43.850 unidades; deste total, apenas 2.600 unidades, portanto, 6,1%, constituíram lotes urbanizados destinados à faixa de um a três SM (Bahia, 1986).

Em relação à oferta de loteamentos populares promovida pela iniciativa privada, pesquisa realizada no início dos anos oitenta (Borges, 1982) revela que, sem considerar aqueles clandestinos, foram levantados 103 loteamentos implantados, até aquela época em Salvador e proximidades imediatas. Entre os casos pesquisados, aproximadamente, em média, 40% das famílias que adquiriram lotes tinham renda até três SM. Sendo considerados apenas os loteamentos implantados entre 1970 e 1980, estes representaram uma oferta de cerca de 17 mil lotes, ou seja, analogamente, a faixa de renda de até três SM correspondeu apenas a algo em torno de 6.800 lotes, para a década referida.

Segundo os estudos desenvolvidos por Maria Brandão, em final da década de setenta, sobre habitação em Salvador, "como amplas camadas da população não podiam competir no mercado de aluguéis, a casa própria tornou-se o único meio de acesso à habitação, e essa não poderia deixar de ser senão acasa de construção clandestina, via de regra em terrenos de terceiros". O Diagnóstico Habitacional, por ela coordenado em 1978, indica que o percentual de casas próprias, em Salvador, cresceu de 35,4%, em 1950, para 58%, em 1970 e, para 60%, em 1978; destas, 46% foram resultado de autoconstrução, sendo, aproximadamente, 55% em terrenos não próprios, além das edificações em loteamentos clandestinos (Bahia, 1978:61).

Assim, no início dos anos oitenta, mais da metade das habitações estavam edificadas em terrenos arrendados, aforados ou de posse irregular, constituídos, basicamente, pelos grandes e antigos bairros populares, loteamentos clandestinos e invasões.

No período 1986/87, logo em seguida às eleições para governador, a imprensa em geral noticiou, frequentemente, grandes movimentos coletivos de invasões na cidade de Salvador. Na época, o primeiro governador eleito após o Governo Militar, Waldir Pires, procedeu a negociações e anunciou um amplo programa habitacional popular denominado "Projeto Minha Casa", apenas iniciado (Bahia, 1987).

A história das grandes invasões do passado e a conjuntura política em que ocorreram parecia se repetir, com outras dimensões e especificidades. Entretanto, o momento de evolução das relações de produção no espaço de Salvador já era outro, o que necessariamente implicaria em outros resultados, em relação às invasões. Nesse sentido, levantou-se a hipótese que um novo momento se configurava para as invasões em Salvador, ao associá-las à intervenção do Estado.

Abordagens da questão

As ocupações de terras através das invasões, empreendidas pela população de baixa renda em terras de terceiros nas sociedades capitalistas periféricas, não apresentam um fenômeno tipicamente urbano nem espacialmente limitado e sim, de forma extremamente representativa, uma estratégia de sobrevivência para as camadas mais pobres. No Brasil, a luta pela terra, seja enquanto meio de produção, no campo, seja como meio de reprodução de força de trabalho, na cidade, através da habitação, tem ocorrido em momentos e formas diferenciadas, estando diretamente vinculada ao padrão de acumulação capitalista.

Este fenômeno social tem, portanto, sua identidade principal no fato de emergir de uma questão estrutural, já que na sua base está, evidentemente, a inacessibilidade aos meios de produção e a baixa remuneração do trabalho. No entanto, a questão econômica propulsora das invasões, não esgota a compreensão do fenômeno em toda a sua amplitude.

As conjunturas e as particularidades do lugar, contribuem para a consolidação do processo de invasão, o que irá determinar variações, não só entre campo e cidade mas, também, entre cidades e, sobretudo, ao longo do tempo. Se, em

Salvador, surgem desde final da década de quarenta, em outras cidades, as consultas feitas sugerem ser um fenômeno da atualidade enquanto movimento coletivo de ocupação do solo, diferente, portanto, sob este aspecto, das antigas favelas(3).

As "ocupações", nomenclatura mais recente, empreendidas pelos movimentos dos "sem tetos" e "sem terra", têm sido constantes e têm gerado grandes conflitos, sendo-lhes atribuídos relevantes significados enquanto processo social e urbano.

As novas ocupações coletivas por invasão e seu recrudescimento em Salvador representam, entre outros fatores, um claro reflexo da crise econômica que se instalou de forma aguda na década de oitenta, acarretando principalmente um rebaixamento do valor da força de trabalho, o que é agravado pelo aumento de novas necessidades de consumo, seja decorrente do processo de metropolização (transporte e habitação mais caros) seja do próprio processo de modernização e avanço tecnológico (televisão e aparelhos domésticos). Entretanto, contraditoriamente, o estágio atual de desenvolvimento capitalista e o processo de urbanização não mais permitem esse tipo de ocupação do espaço. A produção do espaço urbano habitacional através da ocupação informal, aleatória e não-mercantil, contrapõe-se à lógica dominante da produção capitalista do espaço. A formação do coletivo "invasor" surge como forma de garantir o acesso à terra, em um clima político evidentemente mais favorável que nas décadas de sessenta e setenta.

Alguns importantes estudos focalizando as invasões em Salvador, já foram desenvolvidos(4).

Os estudos pioneiros de Maria Brandão, no início da década de sessenta, ao se aterem à questão urbana e ao processo de evolução da cidade de Salvador, analisam as primeiras invasões como um dos principais elementos na dinâmica de expansão periférica que se configura a partir de então. Nesse sentido, ela se define como uma "forma primária de ocupação", em terrenos baldios de propriedade de terceiros".

Contudo, observa, "embora deste caráter de ilegalidade lhe advenha o nome, não é isto que as define sociologicamente, porém o tempo de sua formação, a dinâmica do seu crescimento e a natureza dos grupos que a promovem" (Brandão, 1963:165).

Em fins de setenta, a mesma autora sintetiza a evolução do processo de estruturação da cidade e desenvolve uma análise das articulações entre os movimentos de deslocamento de populações e funções no espaço urbano, o papel do Estado e

a consolidação das condições para o mercado imobiliário pleno.

"Na evolução desse processo, que estabeleceria, por fim, as condições de um espaço apropriado às exigências do capital, três momentos definem a competição pela terra e a participação do Estado na ocupação do solo. Primeiro, uma fase inicial de adensamento das necessidades de novos espaços para a habitação, frente a uma aparente imobilidade da parte dos proprietários e do poder público; em seguida, uma fase de intensa redefinição do padrão de uso do solo, através do que se explicitariam os conflitos entre proprietários e não-proprietários e as virtualidades de intervenção do Estado; finalmente, a fase atual, em que se firmam, sob o arbítrio do último, as condições de uma organização apta aos mecanismos do mercado imobiliário" (Brandão, 1978:132).

Na virada da década de setenta/oitenta, quando o BNH atuava intensamente produzindo em larga escala e, acenando para a solução do problema da habitação popular, outros estudos retomaram a questão das invasões que continuavam ocorrendo. Raquel Mattoso Mattedi (1979), procedendo a um primeiro levantamento global das invasões noticiadas em jornais, comprova a grande evidência do fenômeno ao longo de todo o período considerado, e analisa como sendo a "alternativa habitacional possível" para parcela significativa da população. Situando-o nas suas causas estruturais e identificando as circunstâncias em que se formou e se desenvolveu na história da cidade, foi possível desta forma, a esta autora, qualificá-lo como, ao mesmo tempo, único e diverso.

"As invasões têm-se constituído ao longo da história num fenômeno único e diverso simultaneamente: único na perspectiva de seus determinantes e dos agentes do processo da invasão - neste sentido, elas sempre representaram uma das alternativas habitacionais para a população pobre de Salvador; diverso, na perspectiva do processo de formação e desenvolvimento dessas invasões - neste sentido, elas sofreram profundas alterações e estas, por sua vez, relacionam-se estreitamente com o próprio processo de crescimento de Salvador, ou seja, com as transformações verificadas na sua estrutura produtiva, na sociedade local e no seu espaço" (Mattedi, 1979:113).

Brandão (1978) e Mattedi (1979), relacionando portanto o processo das invasões com as etapas de urbanização da cidade de Salvador, identificam momentos distintos e formas diferenciadas, também, para as ocupações por invasão. Mattedi (1979) distingue três fases até o final dos anos setenta: 1946-1949; 1950-1968, e 1969-1979. Para cada um desses períodos as manifestações das invasões se diferenciam tanto ao nível de ocupação no espaço urbano quanto também ao nível da intervenção do Estado(5).

O estudo de Erivaldo Neves (1985), reconstrói uma discussão de época, 1946-1950, sobre as invasões pioneiras, analisando os componentes políticos do processo. Dessa forma, ressalta, na conceituação, o aspecto da ocupação coletiva e, analisa, a partir do conflito político-ideológico que se estabelece no período, qual a influência dos partidos na gênese das invasões em Salvador.

Com base na pesquisa feita em jornais da época, de diferentes facções, Neves considera que, embora a intervenção de partidos políticos, em particular do Partido Comunista Brasileiro (PCB), pelo seu envolvimento mais direto no processo de surgimento das invasões, tenha sido "fundamental para o dimensionamento da luta e para o êxito das primeiras invasões", não foi geradora do processo; "esteve na gênese sem, contudo, tê-la criado" (Neves, 1985:11).

Já os estudos de Angela Borges (1982), Angela Franco (1983) e José Antônio de Pinho (1986), guardam entre si um traço em comum, ao focalizarem a questão da habitação no processo de expansão capitalista das economias periféricas, relacionando-as às condições da reprodução da força de trabalho - RFT - no capitalismo monopolista de Estado. Tomando aspectos diferenciados desse processo, esses estudos abordam as invasões como uma das alternativas remanescentes da habitação não-capitalista.

Para Borges (1982), como tal, tendem a não consolidação, sendo substituídas pelos loteamentos populares e outras formas de habitação integradas ao mercado capitalista, ainda que preservem a autoconstrução na produção de habitação em si. Referindo-se ao retorno de grandes invasões no início da década de oitenta, Borges afirma:

"Quanto a este aspecto parece estar claro que, apesar da aparente semelhança entre as invasões recentes e as primeiras invasões, as possibilidades de consolidação das atuais invasões são expressamente remotas" (Borges, 1982:177).

Para a autora, as invasões tendem a se tornar uma alternativa de acesso habitacional cada vez mais difícil, dada a intensificação do processo de penetração do capital na região criando, desta forma, um novo contexto "marcado pela transformação do solo urbano em mercadoria e pela rápida valorização do capital imobiliário, e ainda pela atuação decisiva do Estado capitalista no sentido de criar as condições necessárias à expansão da acumulação de capital" (Borges, 1982:175).

Angela Franco (1983), ao estudar o processo de produção de habitação popular em Salvador, o enfoca sob duas vertentes, acrescentando, à análise do padrão RFT, a lógica de reprodução do capital imobiliário no processo de urbanização e o papel do Estado através das políticas urbanas. Desta forma, a transformação da cidade é entendida a partir da ação combinada desses dois agentes. Sob esta ótica, Franco analisa as diferenças entre os dois momentos do processo de grandes invasões, a fase inicial e seu retorno, na década de oitenta. Na perspectiva das análises de Maria Brandão, para ela, enquanto as invasões pioneiras constituíam-se na "vanguarda da urbanização", iniciando a "rachadura" da estrutura de propriedade territorial, enrijecida pela instituição da enfiteuse, com a evolução urbana, e as tendências à penetração das relações capitalistas de produção em setores da vida urbana, as novas invasões passam a representar "barreiras". Tendem, portanto, enquanto forma de ocupação não-capitalista, a não se consolidarem. Considerando o novo momento político de "abertura" que se instaura, no final da década de setenta, a autora procura entender qual é a forma de enfrentamento político desta questão que se delineia a partir das novas ocupações. Para ela, se, por um lado, as invasões representam um "mecanismo de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho", por outro, se tornam um "empecilho para a reprodução de um determinado setor de capital" (Franco, 1983:202). A partir desta constatação, afirma que:

"Se o capital, na forma como se expande no Brasil, principalmente na região, tem como elemento, estruturalmente necessário, a recriação de formas não-capitalistas de produção (e de reprodução da FT), ao avançar, ele o faz, inclusive, transformando-as [...]. O Estado, através da Prefeitura Municipal, principal protagonista deste novo urbano que é Salvador, assimila a iniciativa da invasão, ao mesmo tempo em que resguarda os interesses da indústria imobiliária, através da transferência das populações invasoras para outras áreas mais distantes" (Franco, 1983:201 e 202).

Desta forma, Angela Franco já aponta para um dos componentes da nova fase das invasões, que é a relocação.

Pinho (1986), ao abordar a habitação e a RFT no capitalismo periférico, o faz privilegiando a relação entre conjuntura política, forma de governo e habitação, analisando, assim, as políticas e as formas de produção da habitação nos diferentes períodos políticos. Referindo-se às invasões pioneiras ocorridas no período "populista", entende que foram toleradas sobretudo porque conciliavam a demanda de habitação com interesses fundiários. No período autoritário, foram mais reprimidas, o desenvolvimento capitalista e a valorização do solo não mais permitiam este tipo de ocupação. Já na transição política voltam a ocorrer, não sendo mais possível a simples repressão. Segundo o autor, sob a conjugação de novos fatores econômicos, políticos e sociais, deverá haver o surgimento de novas políticas de intervenção.

Nesse sentido, reportando-se ao retorno e ao aumento de intensidade das grandes invasões, a exemplo das Malvinas, na Av. Paralela (1982), e de sua relocação imediata para o Loteamento Municipal Fazenda Coutos, Pinho (1986), analisa a questão sob o ponto de vista do padrão de acumulação capitalista brasileiro em que os desníveis de renda vêm se acentuando, limitando ainda mais as formas semi-capitalistas de provisão habitacional. Ao Estado, que até então havia provido um número insignificante de novas habitações populares e que, politicamente, se encontrava envolvido nos termos da abertura política, não restava outra saída senão tolerar as novas invasões e restringi-las às áreas periféricas.

Com base nesses estudos, que, somados praticamente, esgotam a identificação dos aspectos estruturais, conjunturais e particulares presentes no surgimento e na evolução do fenômeno das invasões em Salvador, até início dos anos oitenta, e, considerando o novo momento que se configura com o retorno das grandes invasões e as relocações/doações promovidas pelo Estado, a proposta deste trabalho é abordar a questão enfatizando não apenas as suas causas mas, sobretudo, os seus efeitos e as transformações da sua manifestação no espaço, portanto, em sua relação com a cidade. Nesse sentido, aproxima-se daquelas abordagens que analisam as invasões sob a ótica mais geral da evolução do processo social articulado com a produção do espaço.

Hoje, mais do que uma questão exclusiva à habitação, as invasões expressam um conflito da urbanização; o acesso social à terra e as suas implicações na estruturação do espaço urbano. O que está em jogo é a disputa pela terra enquanto mercadoria e a sua valorização advinda das transformações e do crescimento urbano, fruto do desenvolvimento do

trabalho social, enfim, das relações sociais no espaço.

De fato, a tendência homogeneizante presente na utilização capitalista do espaço configura-se, entretanto, como virtual, não anulando os demais processos sociais, daí a continuidade das invasões e a intervenção do Estado. No caso das invasões em Salvador, com o recrudescimento do fenômeno na década de oitenta, os mecanismos de assimilação tendem, também, a desenvolver-se.

Invasões e intervenções do Estado

Para a análise específica das intervenções públicas nas invasões em Salvador, faz-se necessário, primeiramente, situá-las na sua evolução quantitativa, e ao nível espacial, ainda que, sinteticamente, o que se torna possível a partir da pesquisa recentemente realizada(6). Utilizou-se, como base temporal, a periodização já vista, sistematizada por Mattedi até 1979, acrescida do período mais recente de 1980-1989, que sinaliza um novo momento.

Na Tabela 1, a seguir, verifica-se que a intensidade de ocorrência de invasões, incluindo também aquelas removidas, indica que o número de ocorrências ao longo do tempo, desde o início do fenômeno, em 1946, foi sempre crescente, atingindo, até final dos anos oitenta, 444 ocorrências, sendo que, nesta última década, a intensidade supera todos os demais períodos levantados, tendo sido registrado um pouco mais que a metade do número total de ocorrências, ou seja, 54,0%.

Tabela 1

Salvador, Invasões, 1946-1989 Ocorrências por Período

Período	Ocorrências (a)	
	Nº	%
1946-1949	16	3,6
1950-1968	79	17,9
1969-1979	109	24,5
1980-1989	240	54,0
Total	444	100,0

Fonte: Levantamento desta pesquisa.

(a) Abrange as invasões existentes e removidas.

Logo, em princípio, apesar das análises até então efetuadas demonstrarem ter havido, na década de setenta, uma maior resistência ao fenômeno, isto não impediu, conforme dados levantados por esta pesquisa, que as ocorrências aumentassem, tendo sido inclusive registrado, para o período 1969-1979, um número significativo de invasões, 109, portanto, um pouco superior ao total de ocorrências até então registradas, 95. As mudanças verificadas, neste período, não são, portanto, quantitativas e sim qualitativas. Nesta fase, apesar da incidência continuar crescente, também, cada vez mais, as áreas de invasão passam a ser aquelas constituídas por terrenos menos valorizados mais distantes do centro urbano.

Entretanto, nem todas as ocupações se consolidaram. A partir da Tabela 2, que procura demonstrar a cada período qual foi o resultado da ocupação, verifica-se que o total existente é menor que o total de ocorrências, devido à remoção de muitas invasões, aproximadamente 20,27% do total até 1989, ou seja, de 444 para 354 ocorrências.

Tabela 2

Salvador, Invasões, 1946-1989
Resultado da Ocupação por Período

Resultado Período	Mantida		Reincidente		Removida(a)				Total existente		Total de Ocorrências	
	N	X	N	X	Parcialmente		Totalmente		N	X	N	X
					N	X	N	X				
1946-1949	12	2,70	-	-	-	-	04	0,90	12	2,70	16	3,60
1950-1968	58	13,06	01	0,22	06	1,35	14	3,15	65	14,64	79	17,80
1969-1979	88	19,82	02	0,45	03	0,68	16	3,61	93	20,95	109	24,55
1980-1989	154	34,68	23	5,18	07	1,58	56	12,61	184	41,44	240	54,05
Total	312	70,27	26	5,85	16	3,61	90	20,27	354	79,73	444	100,00

Fonte: Levantamento desta pesquisa.

(a) Considerou-se a data de ocorrência da invasão.

(b) O total existente exclui as invasões removidas totalmente.

Estes novos dados, demonstram portanto que, apesar do índice de remoção, a maioria das invasões mantiveram-se ao longo de todo o período analisado, perfazendo um total

existente de 79,73% sobre o total de ocorrências. Portanto, apesar das tendências de involução analisadas, as ocorrências de invasão em Salvador continuam e, em especial, na última década.

Analisando, por sua vez, os dados sobre o resultado das remoções, a cada período, conforme Tabela 3, observa-se que o índice de remoções também é crescente, aumentando significativamente na década de oitenta, sobre as demais fases, 68,86%.

Tabela 3

Salvador, Invasões Removidas, 1946-1989
Resultado da Remoção, por Período de Ocorrência(a)

Resultado Período	Erradicação		Relocação		Indenização		Total Remoções (b)	
	N	%	N	%	N	%	N	%
	1946-1949	03	2,83	-	-	-	-	03
1950-1968	09	8,49	01	0,94	-	-	10	9,43
1969-1979	09	8,49	10	9,43	01	0,94	20	18,86
1980-1989	43	39,62	30	28,30	01	0,94	73	68,86
Total	63	59,43	41	38,68	02	1,88	106	100,00

Fonte: Levantamento desta pesquisa.

(a) Considerou-se a data de remoção.

(b) Compreende as removidas totalmente e parcialmente.

Entretanto, na evolução do processo, ao tempo em que aumenta o número de ocorrências e remoções, estas deixam de ser simplesmente erradicadas, ou seja, famílias ocupantes expulsas sem nenhum tipo de retorno, passando crescentemente a serem relocadas, sendo transferidas para outras áreas da cidade, ou mesmo, em menor índice, a receberem indenização em espécie. Predominou, entretanto, no total de remoções, a erradicação pura e simples, aproximadamente 60%. As relocações e indenizações, que já começam a ocorrer em final da década de sessenta, atingem sua maior frequência nos anos oitenta, aproximadamente 30% do total de ocorrências, removidas para áreas doadas e urbanizadas pelo Estado.

Em relação ao total de área e população, estimou-se, para o ano de 1989, com base na referida pesquisa, uma

área total ocupada em torno de 1.470 ha, com aproximadamente 118.152 unidades, portanto, uma população total em torno de 590.760 habitantes, o que, por sua vez, representa cerca de 30% da população total de Salvador, morando em áreas de invasão, nesta época.

Em termos de localização no espaço urbano, verifica-se que as invasões pioneiras ocorrem basicamente em grandes áreas, próximas aos antigos bairros populares. Já na terceira fase (1969-1979), mais repressiva, as ocupações se dão em terrenos menores, periféricos e são realizadas mais às escondidas. Na década de oitenta, tanto voltam a ocupar áreas mais valorizadas, como também, periféricas; ocorrendo em pequenos terrenos ou grandes glebas. Portanto, as invasões passam a ocorrer em qualquer lugar susceptível a este tipo de ocupação.

Em relação à situação da propriedade fundiária, observa-se que, apesar de ocuparem também glebas de propriedade particular ou duvidosa, as mais recentes ocorrem mais intensamente em áreas públicas, ocupando, inclusive, sistematicamente, áreas previstas para programas habitacionais, como os terrenos do Governo do Estado e as áreas remanescentes de conjuntos municipais.

Esta dinâmica das invasões em Salvador tem suscitado, cada vez mais intensamente, a intervenção do Estado. A natureza contraditória do processo de invasão - ocupação à revelia de um terreno de outrem, face à necessidade primária de moradia - exige a mobilização do aparelho estatal responsável, em última instância, pela manutenção da ordem social. Observa-se que a intervenção do Estado, através dos diferentes poderes a ele atribuídos, seja executivo, judiciário ou legislativo e, principalmente, aos níveis de governo municipal e estadual, tem sido um fator extremamente importante no direcionamento do processo de invasões em Salvador, desde as primeiras ocorrências até os dias atuais. Entretanto, a participação do Estado, apesar de contínua, tem sido diferenciada para os diversos momentos e situações.

A primeira consideração a ser feita diz respeito ao resultado imediato, posterior à ocupação, que varia de caso a caso. Historicamente, para todos os períodos analisados, consumada a invasão, o Estado intervém, em princípio, de três maneiras: a) mantendo, ou seja, reconhecendo e permitindo que as famílias permaneçam na área ocupada; b) removendo, ou seja, erradicando a invasão através da retirada das unidades; c) omitindo-se ou ignorando a invasão, e, portanto, indiretamente também mantendo-as, entretanto, sem reconhecê-las.

A partir deste tipo de atitude imediata, na evolução das ocupações e do processo de invasões, observa-se que intervenções alternativas ou compostas têm ocorrido, com características particulares da ação dos poderes públicos, a cada período.

As primeiras invasões, do final dos anos quarenta, depararam-se com uma administração pública ainda pouco intervencionista na questão urbana. Por conta da novidade, em um primeiro instante, os ocupantes dialogam mais diretamente com o poder judiciário, acionado imediatamente pelos proprietários dos terrenos invadidos. Logo em seguida, com o envolvimento dos partidos políticos, a questão passa a exigir uma intervenção mais direta do poder executivo. Apesar da desapropriação da área em questão ter se efetivado em favor dos moradores, na maioria das grandes ocupações, como Corta-Braço, outras, na mesma época, ou foram erradicadas, ou foram ignoradas.

No período seguinte (1950-1968), houve uma atuação cada vez mais imediata do poder executivo, acionando-se principalmente a Prefeitura. Ocorrem também as primeiras medidas em relação à quantificação das invasões e tentativas de antecipação à questão, através de propostas de implantação de grandes loteamentos municipais.

Além disso, apesar da intensificação do processo de valorização do espaço urbano, "o clima político do populismo não permitia que se chegasse às vias de fato frente às invasões, através de demolições violentas e da extinção completa das áreas assim ocupadas" (Mattedi, 1979:157), razão pela qual, apesar de algumas remoções, o processo continua a ocorrer de modo semelhante ao período anterior. Entretanto, segundo Brandão (1978) perspectivas econômicas mais vantajosas na utilização do solo urbano e a intensa atividade de construção habitacional em moldes capitalistas, passam a exigir um controle do fenômeno das invasões na cidade, o que se resolveria no conjunto de medidas tomadas pelo regime militar após 1964.

Até esse momento, as intervenções variavam de acordo com cada situação. Só a partir de então, percebe-se uma intenção mais sistemática de extinção e uma perspectiva de absorver as populações sem moradia, através dos programas do BNH, o que entretanto, como se sabe, não se concretizou plenamente.

Com a abertura política dos anos oitenta, observa-se o retorno de uma atuação sistemática de apoio às invasões, não só de segmentos do legislativo e partidos políticos, como também, das associações populares emergentes.

Desta forma, o Poder Executivo, através das administrações públicas, mais particularmente da Prefeitura, passa a ter, cada vez mais, um maior nível de responsabilidade e controle sobre as invasões, que crescem em incidência e densidade; portanto, uma atuação do Estado mais intensiva. Isto, por sua vez, se traduz em novos mecanismos de intervenção, tais como: relocação das famílias removidas (parcial ou total) para outras áreas da cidade; urbanização da área ocupada; congelamento de novas ocupações; atuação comunitária através de programas de ação social, melhoria habitacional; indenização em espécie para famílias removidas; além da fiscalização e controle que sempre se exerceu. Mais recentemente, na década de oitenta, também tem início a implantação de programas de legalização fundiária das invasões consolidadas (Salvador, 1985 e 1988).

Ao analisar-se, ainda, os dados para cada período administrativo municipal(7), verifica-se também que a ocorrência crescente de invasões, já detectada, apresenta ascendência mais significativa no início do processo (até meados dos anos cinquenta) e em período mais recente (a partir do final da década de setenta), portanto, em momentos políticos mais favoráveis. Observa-se, também, que este aumento na ocorrência de invasões vem acompanhado de um índice crescente de remoções, sendo significativo, neste sentido, não só o período de repressão política, assim como os anos oitenta da "abertura política", período em que também ocorre maior número de relocações.

Entretanto, ao observar-se as ocorrências em termos de área conquistada(8), os dados demonstram que no período de maior repressão, apesar de ter havido uma menor incidência de ocorrências, a área conquistada, especialmente entre 1970 e 1975, na gestão do Prefeito Clériston Andrade, também foi significativa. Este fato sugere que, periodicamente, há uma conquista de área mais expressiva (1946-1959; 1970-1975; 1985-1989), patamares estes que são seguidos de períodos de menor quantidade de área ocupada, durante os quais parece haver um processo de densificação nas novas áreas durante algum tempo, inchando-se, até o ponto em que outras se fazem necessárias e são ocupadas sob os condicionamentos apresentados por cada conjuntura política. Nesse sentido, ao analisar-se mais especificamente as ocorrências do período 1970-1975, buscando compreender esta conquista de área significativa em um período nitidamente repressivo, verifica-se que as invasões mantidas, neste período, ocorreram em áreas de localização menos conflituosas, ou seja, pequenas áreas verdes de loteamentos populares e áreas remanescentes de equipamentos públicos.

Por outro lado, analisando algumas situações ao longo da evolução do fenômeno, percebe-se que a pressão popular e política, exercida em menor ou maior intensidade em diferentes momentos, tem feito também emergir situações adversas aos interesses econômicos, o que também tem levado o Estado a atitudes diferenciadas na assimilação das invasões.

Modernização das invasões

Ficou evidenciado que apesar do controle exercido pelo aparelho do Estado ao longo da evolução do fenômeno das invasões em Salvador, as populações de renda mais baixas, depois de enfrentarem fortes conflitos, na sua maioria, conquistam um lugar para morar. Por outro lado, diferentes momentos políticos estabelecem resultados mais ou menos favoráveis aos ocupantes de uma invasão e determinam a ocupação no espaço.

Mattedi (1979) e Franco (1983), ao analisarem as intervenções nas invasões, afirmam que "inexistia acerca da questão uma política explícita e sistemática, pelo menos até o início dos anos sessenta" (Franco, 1983:192). Muitas ocupações, principalmente aquelas em terrenos públicos, consolidaram-se e mantiveram-se durante muitos anos. Para Mattedi, todavia, isto não quer dizer "que o Poder Público se mantivesse totalmente passivo frente a esse movimento. Nota-se já, nesta ocasião, uma política um tanto quanto contraditória e ambígua a respeito das invasões" (p. 159).

Para ambos os estudos, a política de combate às invasões, que decorre da valorização crescente do solo urbano, explicita-se a partir dos anos sessenta, com a emergência do regime autoritário. Contudo, conforme observado neste trabalho, apesar da repressão e do controle intensificarem-se neste período, as invasões continuaram a ocorrer, utilizando estratégias e táticas diferentes daquelas mais frequentes até então.

É possível inferir, portanto, que apesar de não haver, de fato, uma política explícita, sistematizada e contínua em relação às invasões há, entretanto, uma certa variação de atitude, tendencial para cada período, concomitante ao combate praticamente contínuo.

Se na fase inicial do fenômeno, até 1950, verifica-se que ocorreram diversas atitudes em relação às ocupações, predominam, no entanto, a tolerância e a permissão quanto à sua manutenção. Logo em seguida, 1950-1968, perce-

be-se a tentativa de antecipação ao problema, através de diversas medidas tomadas, principalmente pelo governo municipal, relativas aos Programas Habitacionais que, entretanto, não se concretizaram, fazendo com que o poder público continuasse a aceitar e absorver as invasões ocorridas. De fato, no período 1969-1979, há uma intolerância mais explícita, uma fase de maior repressão às invasões, tendo em vista, também, o provável atendimento das populações de baixa renda por via do mercado, através do BNH e do pequeno capital imobiliário, principal produtor de loteamentos populares. Pelos novos dados levantados por esta pesquisa, observa-se que, o período mais recente, de 1980 até os dias atuais - ao invés do preconizado pelos estudos do início da década, de que este representa o "início do fim" deste tipo de ocupação no espaço capitalista já constituído - foi quando este fenômeno ocorreu de forma mais significativa. O Estado tem sido levado, por isso, a adotar novas formas de intervenção, compatíveis com o momento político e com o estágio de desenvolvimento do capital imobiliário, relocação, congelamento, legalização e urbanização. Enfim, trata-se de um conjunto de medidas modernizadoras no sentido de constituição do espaço urbano.

A relocação, além de ser cada vez mais freqüente na fase atual das invasões em Salvador, representa, também, uma atuação mais controvertida que as demais, já que diferentemente de outros mecanismos novos - tais como, o congelamento, a legalização e a urbanização - implica a mudança da população ocupante e, portanto, desta forma, suscita novos conteúdos sociais e econômicos que irão se refletir na constituição do espaço urbano como um todo.

Áreas de relocação

A implantação de áreas para relocação de famílias moradoras em invasões surge num contexto muito específico, no qual, ao nível da oferta de lotes, algumas propostas, por parte das administrações municipais, de antecipação ao problema das invasões, já haviam sido realizadas, tendo permanecido, apenas, ao nível de planos de governo. Por outro lado, mesmo quando posteriormente alguns poucos projetos se concretizaram, a exemplo do Plano de Alagados - AMESA (1974), PRO-FILURB (1975) e João de Barro (1985), a comercialização prevista, para a faixa de até 3 SM, não se realizou na prática e, ao término do processo, os lotes implantados acabaram por ser doados às famílias, representando um investimento a fundo perdido.

A implantação de áreas para relocação de famílias moradoras em invasões surge num contexto muito específico, no qual, ao nível da oferta de lotes, algumas propostas, por parte das administrações municipais, de antecipação ao problema das invasões, já haviam sido realizadas, tendo permanecido, apenas, ao nível de planos de governo. Por outro lado, mesmo quando posteriormente alguns poucos projetos se concretizaram, a exemplo do Plano de Alagados - AMESA (1974), PRO-FILURB (1975) e João de Barro (1985), a comercialização prevista, para a faixa de até 3 SM, não se realizou na prática e, ao término do processo, os lotes implantados acabaram por ser doados às famílias, representando um investimento a fundo perdido.

Neste sentido, na falta de outras alternativas, visto que a oferta de lotes para esta faixa da população por via do SFH/BNH foi também insignificante e dada a inacessibilidade, para a maioria destas famílias, aos lotes oferecidos nos loteamentos populares, ou ao aluguel, têm restado a esta camada da população, basicamente, as áreas de antigos aforamentos e arrendamentos, já bastante saturadas e relativamente congeladas ou, de forma cada vez mais intensa, como comprova este estudo, as invasões.

A oferta de lotes, gratuitos, para a relocação de invasões, que também tem sido crescente, não surgiu enquanto uma política intencional e sistemática. entretanto, vem se consolidando enquanto prática para determinadas situações (Salvador, 1984).

As primeiras intervenções dos poderes públicos, de realojamento de famílias de invasões em áreas públicas, constituíram basicamente ações desarticuladas e pontuais, denotando, no geral, uma atitude assistencialista frente a situações críticas de desabrigo, em épocas de chuvas intensas. Com o crescimento da cidade esta forma de atuação continua a ocorrer, inclusive de forma mais acentuada. Entretanto, a partir do final da década de sessenta, a efetivação de relocações de invasões - entre as quais as invasões de Bico de Ferro e Ondina são pioneiras - introduzem novos aspectos à questão a serem analisados.

Nestes casos, tratava-se não mais essencialmente de acidentes ou de desabrigados das chuvas. As referidas invasões localizavam-se em áreas privilegiadas da orla de Salvador, além do fato de deterem uma enorme potencialidade de valorização imobiliária, por estarem situadas à margem da principal avenida de entrada turística à cidade, Av. Oceânica. Daí a relocação para uma área mais distante e de menor valorização, localizada no bairro popular da Boca do Rio.

É importante assinalar que este loteamento constitui o começo da nova prática do Poder Público de remoção de invasões existentes há algum tempo. Estas invasões, iniciadas desde os primeiros anos da década de cinquenta, foram demolidas quase vinte anos depois e, ao invés da simples erradicação até então praticada, localizam-se as famílias em uma outra área da cidade.

Estas áreas de reloteamento, constituídas em conjuntos habitacionais e glebas públicas, localizados na periferia, foram doadas pelo Estado, sendo a maioria através da Prefeitura. Denominamos, neste estudo, de loteamentos públicos e levantamos os dados referentes a todas as áreas(9).

Em síntese, foram cadastradas 51 áreas, correspondendo a uma área total de aproximadamente 322,62 ha, correspondendo em torno de 19.646 lotes com área média de 60,00 a 80,00 m², ou seja, uma população estimada de 98.230 habitantes. Os primeiros loteamentos públicos compreendiam basicamente glebas divididas em lotes. Evolutivamente passam a ser dotadas de alguma infra-estrutura e embriões de moradia.

A população residente, de baixíssima renda, constitui na sua maioria, "desabrigados invasores" e "desabrigados das chuvas", que se confundem num mesmo segmento da população sem habitação.

Portanto, os desabrigados em geral, ou melhor, os despossuídos de moradia, sem condições de adquirí-las, são alocados pelo Estado num determinado espaço da cidade.

A política de atribuição espacial

Entende-se que o processo descrito de reimplantação/implantação das famílias despossuídas de moradia e sem condições de adquirí-las no mercado formal de habitação consiste em uma das formas de interação dos agentes estruturadores do espaço.

A análise da dinâmica de localização dos loteamentos desde a fase inicial do fenômeno demonstra que, de fato, a periferia urbana tem sido, historicamente, o espaço selecionado pelas administrações públicas para a implantação dos referidos loteamentos populares e que, em relação aos limites da própria periferia, as áreas escolhidas têm sido as de menor valor, a exemplo de Canabrava (próxima ao aterro de lixo da cidade), Fazenda Coutos (topografia acidentada, constituída de solo do tipo arenoso, e, portanto, sujeita a escorrega-

mentos) e tantas outras de difícil acesso.

Por outro lado, ao se observar espacialmente as invasões que foram mantidas ao longo de todo o período de existência, constata-se que estas, na sua grande maioria, localizam-se também em áreas da periferia urbana e que, as poucas que fogem a esta regra estão integradas às áreas de bairros populares consolidados.

Com base nestes novos dados sobre as invasões, e em relação às análises já efetuadas por Mattedi (1979) e Franco (1983), de que, em princípio, inexistia acerca da questão uma política explícita e sistemática, denotando uma certa ambiguidade na atuação do Estado, tem-se a acrescentar que, além da análise de tendências diferentes por período, anteriormente elaborada, a rigor, é possível ainda, afirmar-se que, para todo o processo existe, sim, uma política geral e sistemática, porém implícita. Trata-se de uma política de atribuição espacial, política esta que se consolida na década de oitenta com os novos mecanismos de intervenção pública.

Portanto, estas novas informações possibilitam a afirmação de que uma política geral para as invasões ocorridas em Salvador sempre existiu; ao controlar, permitir, remover, antecipar-se, congelar, localizar, urbanizar, legalizar, enfim, intervir sob diversas formas que, em última instância, permitam salvaguardar a ordem urbana no interesse da propriedade fundiária e da valorização do capital imobiliário, o que está sendo implicitamente também promovido pelo Estado é a localização global das invasões, atribuindo-lhes o "lugar certo" na cidade. As diferenças detectadas ao longo dos diversos períodos analisados, situam-se, basicamente, na intensidade e na forma como processo de atribuição espacial se realiza no espaço urbano.

Apesar da ambiguidade, muitas vezes constatadas, na intervenção do Estado nas invasões em Salvador, esta intervenção integra-se no âmbito das políticas urbanas que contribuem para estratificação espacial da cidade, disciplinando a posse e o uso do solo face à dinâmica de valorização do capital imobiliário.

Este processo de segregação espacial, que, em Salvador, manifesta-se mais intensamente nos anos oitenta, é portador de características semelhantes às aquelas manifestadas no passado recente, em outras grandes cidades no Brasil, onde o processo de eliminação de áreas faveladas das zonas de maior valorização para a periferia, através da intervenção do Estado, foi intenso, como no caso do Rio de Janeiro na década de setenta, estudado por Lícia Valladares (1978), em que muitas favelas da Zona Sul foram eliminadas e sua população

transferida para áreas distantes, alojadas em conjuntos habitacionais construídos nos moldes do processo que mais tarde consolidar-se-ia através da política do BNH e do SFH.

A diferença entre o processo que se realiza mais recentemente em Salvador, e os demais, parece se localizar, como demonstram os dados analisados neste estudo, mais precisamente, ao nível da esfera econômica, na intervenção do Estado e no circuito da distribuição da habitação. Na política de atribuição espacial para as invasões, a mercadoria habitação, ao menos num primeiro momento, não existe. Sendo os loteamentos públicos produzidos pelo Estado a fundo perdido, já que em última instância os lotes não são vendidos e sim doados, as implicações deste processo, de um modo geral, sugerem outros questionamentos e análises, com especial ênfase para o fato de quem ganha com a localização das invasões na apropriação do espaço urbano. A pesquisa realizada sobre este aspecto⁽¹⁰⁾ demonstra que, em síntese, na permuta de área, entre os agentes envolvidos no processo, o capital imobiliário, intermediado pelo Estado, acaba por se apropriar da área liberada, obtendo ganhos fundiários em torno de seis a sete vezes mais do que o valor atribuído às populações deslocadas.

Considerações finais

O desenvolvimento das relações capitalistas de produção no espaço e, mais especificamente, os interesses do capital imobiliário, ao conflitar com o processo de recrudescimento das invasões em Salvador, acabam por levar o Estado a acionar novos mecanismos de intervenção. Não podendo mais simplesmente extingui-las, deixando que novos locais sejam espontaneamente ocupados em um espaço urbano já tão amplamente privatizado e valorizado, o Estado promove a deslocação para o "lugar certo" na cidade - os loteamentos públicos - e simultaneamente efetiva a titulação fundiária destes e de certas invasões consolidadas, legalizando-as. Ao criar os meios que conferem aos terrenos de invasão a condição de mercadoria, o Estado leva a que o mercado imobiliário, através de suas leis, acabe por promover a transformação da antiga ocupação.

Consolida-se, assim, o processo de modernização das invasões, sem que, necessariamente, esta forma de ocupação do espaço deixe de existir enquanto acesso à moradia a custo mínimo para grande parte da população. Dessa forma, o Estado, de fato, as assimila, não só politicamente, mas sobretudo, controlando e ordenando a ocupação do espaço e introduzindo, no circuito do mercado, essa forma de ocupação inicialmente

não-capitalista.

Nesse processo de transformação das invasões, são também propiciados, com a intervenção do Estado, ganhos imobiliários. Por um lado, as conquistas dos movimentos sociais fazem com que a população das invasões, na deslocação, evolutivamente, passem a receber maiores valores, ou seja, além do lote, também a casa e um mínimo de infra-estrutura. No entanto, com a nova localização, o Estado, ao promover a liberação da antiga área ocupada e a regularização fundiária da mesma para o mercado imobiliário formal, intermedia a passagem do solo de uma esfera de comercialização para outra, redefinindo, assim, novos patamares de renda e ganhos fundiários maximizados, decorrente das relações sociais de produção no espaço.

O Estado, ao reduzir a remoção da invasão e a conquista do acesso à terra a uma questão habitacional, deixa de valorizar o trabalho social produzido. Nessa permuta, a luta social e o trabalho coletivo não têm valor; ao desapropriar as benfeitorias, individualmente, privatiza-se também o trabalho coletivo e o esforço social.

Através deste estudo, foi possível verificar que, de fato, no que concerne à habitação popular, a tendência à mercantilização capitalista do solo concretiza-se de forma abrangente, porém não apenas pelos loteamentos populares implantados e comercializados pelo pequeno capital imobiliário. As invasões continuam sendo uma forma persistente e significativa de acesso ao solo para moradia. Entretanto, estas, agora, crescentemente transformadas e privatizadas tendem a se tornar também mercadoria, através de vários mecanismos de intervenção pública.

Nessa interação entre os agentes e lógicas estruturadoras do espaço urbano, percebe-se que, enquanto as invasões ocorrem movidas pela necessidade de moradia, ocupando a partir desta lógica um determinado lugar no espaço, para o capital, o motor é o valor, ou seja, no processo de decisão sobre o uso do solo o que importa é a valorização que possa advir dessa utilização. O Estado, enquanto coordenador desses interesses, intervém para que se viabilize cada vez mais este processo. Nessa dinâmica, assimila as invasões e absorve os movimentos sociais por moradia, privilegiando a acumulação e a valorização do capital, ao tempo em que determina formas específicas de ocupação e utilização do solo.

Infere-se que, em relação às intervenções nas invasões em Salvador, o Estado, de fato, direciona e ordena a ocupação urbana por via do controle sobre esse fenômeno. Isso, entretanto, ocorre sem que tenha havido um planejamento

global e contínuo para execução dessas ações. Historicamente a atuação tem ocorrido de acordo com cada situação de conflito e obedecendo, tendencialmente, a determinados padrões em cada época, estes conjugados aos interesses econômicos imobiliários e algumas vezes também políticos.

Dessa dinâmica, decorrem períodos diferenciados. No entanto, é comum a todos esses períodos e, em cada caso, uma qualificação do local ocupado em relação à cidade, fazendo com que em cada momento as invasões se localizem no lugar certo, consolidando-se, assim, a política de atribuição espacial. Observa-se que a cidade não é pensada na sua globalidade; as intervenções ocorrem topicamente e as correções são feitas na medida em que as ocupações bloqueiam a valorização do solo, fazendo com que a modernização ocorra por particularidades.

NOTAS

- (*) Este trabalho é uma síntese da Tese de Mestrado, de mesmo título, apresentada pela autora ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ, em julho de 1990.
- (**) Estão relacionadas apenas as referências citadas nesta síntese. A organização desta bibliografia foi feita de acordo com o ano da primeira edição da obra citada, para efeito de referencial comparativo. Nas citações, a paginação corresponde a edição consultada.
- (1) Na década de cinquenta, a cidade de Salvador passa a constituir um dos primeiros centros nordestinos no curso deste movimento, com a instalação da Companhia Hidroelétrica de São Francisco - Paulo Afonso, no interior da Bahia, e das primeiras operações da PETROBRÁS, nas cercanias de Salvador, o que impulsiona novos investimentos para a região. Antes disto, registram-se tentativas anteriores de industrialização, geridas ao nível local, dependentes e complementares do setor agro-exportador. Este processo pioneiro, no entanto, praticamente retrocede e se esvazia em função da crise no comércio de exportação, não mais atraindo investimentos de capital no setor.
- (2) Este instrumento jurídico de parcelamento da terra, constituído no Brasil no período colonial, consiste no direito real por parte do enfiteuta de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante pensão, sem contudo destruir-lhe a subsistência (domínio pleno ou direto) que permanece com o titular. Estudos de referência sobre a questão: Gomes, 1978; Teixeira, Cid & Teixeira, Cydelmo, 1978; Andrade Ribeiro & Debeffe, 1979.
- (3) Sobre esta questão, Licia Valladares, com base em resenha da literatura produzida sobre favelas, observa: "o que distingue a favela de outros locais de moradia é, sobretudo, a natureza da ocupação (ou seja) invasão de 'terra alheia', apropriação 'indevida' de vazios urbanos" (Valladares, 1982:29). Reportando-se aos estudos de Leeds e Leeds (1978), Valladares prossegue: "a favela constitui-se numa forma 'ilegal' de ocupação do solo já que esta, de um modo geral, não se baseia nem na propriedade da terra, nem em seu aluguel aos proprietários legais" (p.29). É ainda Valladares (1982) quem alerta para a questão no que diz respeito à origem da ocupação das favelas. Enquanto que, "no Rio de Janeiro, por

exemplo, o padrão tem sido a invasão gradual, ou/e a ocupação promovida pelos próprios proprietários e também por cabos eleitorais e políticos", ao se referir aos estudos sobre as invasões pioneiras em Salvador distingue, aí, o fato de resultarem de verdadeiros movimentos coletivos.

- (4) Nem todos os estudos consultados tomam as invasões como elemento específico de pesquisa, apenas Mattedi (1979) e Neves (1985) assim procedem. Os demais estudos consultados, Brandão (1963 e 1978), Borges (1982), Franco (1983) e Pinho (1986), reportam-se às invasões em um contexto empírico mais amplo.
- (5) Após a fase inicial (1946-1949) em que o fenômeno das invasões se estabelece, o ano de 1968 representa um outro marco importante para o processo de estruturação do espaço de Salvador e para as invasões. Neste ano, a Lei nº 2.181/68, denominada Reforma Urbana do Município, foi enviada à Câmara pelo então prefeito Antônio Carlos Magalhães, que, alegando a constituição de verdadeiros latifúndios improdutivos, através da "enfiteuticação" de grande parte das terras públicas, propunha vender o domínio direto das terras foreiras e a propriedade plena das terras rendeiras do patrimônio municipal, ocupadas por terceiros, com fins de obtenção de recursos para: implantação de um moderno sistema viário pelos vales e um amplo programa habitacional. No cômputo geral, segundo estudos de Andrade Ribeiro & Debeffe (1979) a área total de glebas vendidas, no período 1969/78, correspondeu a 2.541,11 ha, sendo que apenas cinco glebas constituíam 67,3% do total de superfície alienada.
- (6) A pesquisa foi desenvolvida para elaboração da tese de Mestrado, já mencionada, na primeira nota. Com base nas pesquisas já realizadas até o final da década de setenta, procedeu-se ao levantamento de praticamente todas as ocorrências para o período, desde 1946 até o momento atual (final de 1989), utilizando-se basicamente: notícias publicadas nos jornais locais a partir de 1975/76; visitas a campo; consulta a pesquisadores e trabalhos publicados por órgãos do governo, além da verificação da ocupação física em si, através de fotos aéreas de 1989, produzidas pelo Governo do Estado, o que permitiu uma estimativa da área ocupada e população atual. A identificação, caracterização e localização de todas as ocorrências, até 1989, constam do capítulo 2 da referida Dissertação.

- (7) Foram levantadas todas as intervenções e medidas públicas relacionadas às invasões em Salvador (1946-1989), por período administrativo municipal e estadual, associando-se ao nível nacional. Estes dados constam no anexo 4 da referida Dissertação.
- (8) Este levantamento, também foi feito por períodos políticos municipais, representados através de gráficos, no item 2.3.2 da referida Dissertação.
- (9) A identificação, caracterização e localização de todos os loteamentos públicos implantados até 1989, constam no capítulo 3 da referida Dissertação.
- (10) Para esta análise, procedeu-se ao estudo de caso de duas relocações representativas: a mais antiga, ocorrida em 1969, com a transferência das famílias residentes, nas invasões de Ondina e Bico de Ferro, para o Loteamento da Boca do Rio; a outra constitui a relocação mais recente, 1988-1989, do aglomerado de invasões União Paraíso, no Costa Azul, para o Projeto Beiru. Para ambas, além da descrição do processo em si, procedeu-se a uma análise comparativa do valor da terra e da habitação, atribuído pelo mercado imobiliário (cap. 4 da referida Dissertação).

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE RIBEIRO, Elizabete Maria & DEBEFFE, Charles (1979). "Poder Público Municipal e Propriedade Fundiária Urbana". In Habitação e Urbanismo em Salvador. Salvador, SEPLANTEC/OCEPLAN.
- BAHIA, Governo do Estado (1978). Diagnóstico Habitacional da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, CONDER.
- (1983). Gigante Invisível. Salvador, SIC.
- (1985). Estratégia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador - 1985/2000. Salvador, CONDER.
- (1986). Relatório dos Servidores da URBIS - Avaliação e Mudança. Salvador, URBIS (mimeo).
- (1987). Diretrizes Básicas do Plano Integrado de Habitação - Set. 1987. Salvador, SDU.

- BORGES, Angela Maria Carvalho (1982). Expansão Capitalista e Habitação Popular em Salvador. Dissertação de Mestrado. Salvador, FFCH/UFBA.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo (1963). "Origens da Expansão Periférica de Salvador". In Revista Planejamento, vol. 6, nº 2, Salvador, 1978.
- (1978). "O último Dia da Criação: Mercado, Propriedade e Uso do Solo em Salvador". In VALLADARES, Lícia do Prado (org.), Habitação em Questão. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2ª edição, 1981.
- FRANCO, Angela Maria Almeida (1983). Habitação Popular e Solo Urbano em Salvador. Dissertação de Mestrado, Salvador, FFCH/UFBA.
- GOMES, Orlando (1978). "A Enfiteuse no Direito Brasileiro". In Grande Salvador - Posse e Uso da Terra. Salvador, BNH/DESENBANCO.
- GORDILHO SOUZA, Angela Maria (1990). Invasões e Intervenções: Uma Política de Atribuição Espacial em Salvador, 1946-1989. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IP-PUR/UFRJ.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth (1978). A Sociedade do Brasil Urbano. Rio de Janeiro, Zahar.
- MATTEDI, Maria Raquel Mattoso (1979). Invasões em Salvador: Uma Alternativa Habitacional. Dissertação de Mestrado, Salvador, FFCH/UFBA.
- NEVES, Erivaldo Fagundes (1985). Invasões em Salvador: Um Movimento de Conquista do Espaço para Morar (1946-1959). Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, São Paulo.
- PINHO, José Antonio (1986). Housing Provision and Labor Reproduction in Peripheral Capitalism": The case of Salvador - Brazil. Tese Ph.D., Londres, University of London.
- SALVADOR, Prefeitura Municipal (1984). Relatório Final sobre o Programa de Atendimento aos Desabrigados das Chuvas de março/maio: 1984. Salvador, Casa Civil/CDS (mimeo).
- (1985). Legalização de Lotes Urbanos em Salvador. Salvador, Casa Civil/CDS.
- (1988). Programa de Legalização Fundiária Municipal - 1986/1988, Relatório Parcial. Salvador, SE-THA/RENURB/DITER - PRODASAL (mimeo).

SANTOS, Milton (1960). O Centro da Cidade de Salvador. Salvador, Livraria Progresso Editorial, Universidade da Bahia.

TEIXEIRA, Cid & TEIXEIRA, Cydelmo (1978). "Gênese da Propriedade da Terra do Brasil - Um Capítulo de Jusnaturalismo". In A Grande Salvador - Posse e Uso da Terra. Salvador, BNH/DESENBANCO.

VALLADARES, Lícia do Prado (1978). Passa-se uma Casa - Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2ª edição, 1982.

----- (1982). "Estudos Recentes sobre a Habitação no Brasil: Resenha da Literatura. In VALLADARES, Lícia do Prado (org.), Repensando a Habitação no Brasil. Série Debates Urbanos, nº 3. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Tamara Tania C. Egler
Professora do IPPUR/UFRJ

1. Introdução

Os programas de autoconstrução de moradia constituem-se numa ação que objetiva construir habitações para as populações de rendimentos inferiores a 3,0 salários mínimos, a partir da conjugação de capital de empréstimo e trabalho voluntário organizado. Isso quer dizer que se trata de programas de institucionalização da autoconstrução. Ao resgatar uma estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora a mediação do Estado muda a natureza da autoconstrução espontânea, transforma uma prática cotidiana numa política estatal, o que coloca a questão em um novo patamar, suscitando novas indagações.

Desenvolvimento comunitário com participação da população é a palavra de ordem desses projetos. A nova forma dessa política pública não é restrita à política habitacional. Mas está expressa em vários documentos de órgãos governamentais; como as formulações de políticas de desenvolvimento regional - Projeto Nordeste, Planos de saúde comunitária ou as formulações da Nova Política Urbana para o Nordeste.

A tônica do discurso é substituir políticas, anteriormente formuladas nos estreitos limites dos gabinetes governamentais, por políticas públicas com o propósito de buscar nas entidades locais e na população a sua legitimação.

(*) Este trabalho contou com a participação de Elizabeth Moreira e Silva que se responsabilizou pela coleta de dados e realização das entrevistas. Foi apresentado no III Encontro da ANPUR, 1989.

Deve-se lembrar que a institucionalização da autoconstrução pelo BNH, não se constitui em ação pioneira, pois já no início da década de 60, o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, implantava, em Recife, programas de construção de moradias por ajuda mútua. Neste período, que antecede o golpe de 1964, programas alternativos de produção da habitação colocavam-se entre as políticas viáveis para minimizar o déficit, sempre crescente, de moradias. Os acontecimentos políticos de 1964, e a criação do BNH, afastam da pauta das políticas habitacionais soluções que admitiam a participação popular. A produção da habitação passa a ser compreendida no quadro da nova política econômica cujo intuito era de incentivar o desenvolvimento da indústria de construção civil e, secundariamente, a criação de empregos nesse setor.

De 1964 até meados da década de 80, durante o recrudescimento do autoritarismo, foram vedados à sociedade, canais de expressão política, e de organização popular. É no bojo dessa ideologia que se afasta dos programas governamentais qualquer experimentação que envolvesse, necessariamente, formas de organização da sociedade, como seria o caso da autoconstrução de habitações.

Desde logo, nos primeiros anos que sucederam 1964, experiências de autoconstrução que se desenvolviam na periferia de São Paulo, por exemplo, foram desmontadas e seus idealizadores, presos sob acusação de incentivar a desobediência e a desordem política. Em 1984, quando se exaure o regime autoritário, são retomadas propostas alternativas e se institucionaliza a organização popular para a autoconstrução de moradias.

As análises produzidas pelos autores brasileiros sobre as condições de autoconstrução da casa, na década de 70, tratam da questão no quadro de uma economia industrial de desenvolvimento, onde o trabalhador, articulado ao mercado de trabalho capitalista, recebe um salário insuficiente para a aquisição da casa, restando-lhe como saída a autoconstrução. Trata-se de uma forma espontânea de produção da habitação em que o Estado não intervém para criar condições que favoreçam a produção desse tipo de habitação.

No caso dos projetos de ajuda mútua, altera-se o fundamento da análise. Primeiro, porque se trata de uma política estatal, que busca criar condições favoráveis à autoconstrução das habitações. A compra do terreno, o financiamento das matérias-primas componentes e a utilização do trabalho coletivo (não pago, monetariamente, mas em produto) e a tentativa de desenvolver uma tecnologia de autoconstrução, colocam as nossas reflexões em um outro patamar.

É evidente que uma sociedade a qual atingiu um alto nível de divisão do trabalho, da produção de riqueza política embasada na autoconstrução de moradias, só pode ser interpretada como socialmente improdutiva. Entretanto, se pensarmos nas condições de desenvolvimento da nossa sociedade, particularmente no Nordeste do Brasil, onde o mercado de trabalho capitalista assalariado, atinge 50% da população economicamente ativa, ou em outras palavras, onde o subemprego e o desemprego constituem-se em elementos componentes do secular empobrecimento da sociedade, políticas alternativas de produção da habitação devem ser analisadas no quadro desta estrutura.

É claro que medidas de caráter estrutural, que objetivam a ampliação do mercado de trabalho capitalista, e uma distribuição mais equitativa da renda, através de uma elevação dos salários, são condições fundamentais para amenizar os problemas da habitação popular no nosso país. Se, por um lado, a elevação real dos salários é uma condição estrutural, por si só, ela é insuficiente. É necessário pensar também em mecanismos que tenham por objetivo controlar os custos de produção da habitação.

A redução dos custos de produção das unidades habitacionais incide necessariamente sobre três eixos de ação: O primeiro trata de políticas de controle do uso do solo urbano; o segundo de rebaixamento dos preços dos materiais componentes; e o terceiro, e mais imediato, de reduzir, ou eliminar a parcela referente ao trabalho.

Os resultados desse processo são bem conhecidos. a expansão incontida da mancha urbana, e a depauperação das habitações em curto espaço de tempo. Além do mais, a utilização da força de trabalho, não especializada, implica desperdícios de matérias-primas, como também uma alocação de horas de trabalho, muito além das horas de trabalho socialmente necessárias.

Assim, além das questões já clássicas, podemos colocar outro leque de indagações sobre a eficácia de políticas alternativas de autoconstrução. Será que vale a pena construir habitações dentro desse conjunto de limitações?

Em outros termos, a divisão social do trabalho, que permite a especialização das funções, e uma maior produtividade do trabalho social, portanto, eficácia na produção da riqueza, é posta à margem das considerações sobre o tema. A autoconstrução, que pressupõe que cada usuário deve ser um pouco pedreiro, carpinteiro, pintor, constitui-se numa política que efetivamente reduz os custos sociais da sua produção?

As nossas considerações colocam-se ao nível estrutural do desenvolvimento da sociedade no Brasil. Não resta dúvida que o trabalho especializado é mais produtivo, socialmente serão jogados na lata do lixo da história muitas horas de trabalho desnecessário, e que o usuário não deve necessariamente ser o construtor, o pedreiro, o pintor. Na sociedade avançada, onde se verifica um elevado grau na divisão do trabalho, esses argumentos derrubam toda e qualquer política alternativa de produção da habitação, mas não no Nordeste do Brasil.

As políticas de caráter estrutural, que visem retirar o Nordeste de seu secular empobrecimento, constituem as chaves mestras para o desenvolvimento social. Dadas as condições reais da penúria habitacional, toda e qualquer ação que vise ampliar a construção do número de habitações para a classe trabalhadora, descobre-se em elementos de políticas de bem-estar social. No caso nordestino, é necessário construir muito mais casas como também ampliar o acesso à propriedade urbana.

2. Organização do Trabalho na Ajuda Mútua

Entre 1968 e 1984, o Banco Nacional de Habitação montou um sistema de produção da habitação social, que privilegiou a construção de grandes conjuntos habitacionais, que dependiam da ação combinada de vários agentes. No interior desse processo, as COHABs realizaram uma gestão, parcialmente socializada do processo de produção (Egler, 1986) e as empresas construtoras realizaram lucros operacionais considerados normais, sobre o processo de produção propriamente dito.

No transcorrer desses anos foi possível montar uma engenharia de produção de conjuntos habitacionais, onde a organização do canteiro parte da necessidade de se construir centenas de unidades habitacionais deve capturar a lógica da repetitividade para produção em série de mercadorias. Nesse sistema, o tempo de duração da construção é previamente estabelecido pelo órgão financiador, e as condições dessa produção são organizar o trabalho, racionalizar o canteiro e cumprir os prazos. Nos canteiros dos conjuntos habitacionais foi possível observar mudanças na base técnica (Egler, 1981).

As relações de trabalho assalariado exigem a presença nos canteiros de profissionais capazes de realizar a complexidade das operações produtivas. O trabalho dos carpinteiros, serralheiros, pedreiros, serventes, etc, se combina no esforço de trabalho coletivo, que tem por resultante

final a construção de conjuntos habitacionais.

O trabalho coletivo desenvolve-se sob o comando do mestre das ordens de serviços, que perpassam toda a hierarquia das funções nos canteiros da construção de habitação. Há um sistema de controle das horas necessárias para a produção de determinadas tarefas, e, não raras vezes, as relações contratuais entre o trabalhador e a empresa construtora se estabelecem a partir da realização de certas tarefas. Os rendimentos obtidos pelo trabalhador serão resultantes das ordens de serviço executadas. Assim o trabalhador poderá ganhar por um certo número de escadas moldadas, ou número de portas e esquadrias montadas. Como em qualquer outro processo de produção industrial realiza-se a troca de trabalho por salário, onde a empresa construtora deverá realizar seus lucros a partir de um efetivo controle sobre as horas de trabalho necessárias.

A organização do canteiro, nos processos de ajuda mútua, objetiva compor num mesmo espaço os procedimentos adotados na autoconstrução espontânea quanto àqueles observados nos conjuntos habitacionais. Trata-se de fundir trabalho não assalariado com as formas de organização do canteiro dos conjuntos habitacionais que realizam a construção de centenas de unidades habitacionais.

O órgão que executa a gestão do processo deve se responsabilizar pela aquisição de matérias-primas componentes pela disponibilidade de equipe técnica responsável pela organização do trabalho no canteiro, e pela aquisição do terreno. Isso quer dizer que se elimina do processo o agente construtor, e, com ele, a taxa de lucro industrial dada no processo de produção. Essa estratégia leva a uma redução sensível do preço final da habitação.

A ajuda mútua pressupõe a participação de todos os trabalhadores-moradores no processo de produção das casas. Trata-se de um processo de socialização do trabalho, onde a capacidade de cada indivíduo soma-se ao trabalho socialmente realizado. A idéia que sustenta essa sistemática é de que cada componente do grupo realizaria uma parcela do trabalho de acordo com suas possibilidades. Assim, aqueles trabalhadores que já dispusessem de experiência em canteiro, como, por exemplo, pedreiros realizariam, prioritariamente, as etapas desse processo, e os demais, sem qualificação, participariam do processo na qualidade de serventes.

Tal prática exige, do órgão gestor, uma participação efetiva no processo de construção, em toda a organização e controle do trabalho e na aquisição e armazenamento de matérias-primas. Trata-se, portanto, de preparar uma equipe

composta por engenheiros e técnicos capazes de organizar o canteiro, distribuir o trabalho e controlar o processo de produção. Para eliminar o papel da empresa construtora, é necessário substituir suas funções por uma outra instância, em um processo de produção que não visa realizar lucros e rendas, e sim, apenas construir habitações.

A organização socializada do trabalho coloca uma série de indagações, na medida que se retira da relação clássica de produção, a remuneração do trabalho sob forma de salário, que é substituído pelo produto casa. Essa condição obriga-nos a decompor de uma outra forma essas relações de trabalho.

No canteiro onde as relações de trabalho correspondem às formas clássicas capitalistas, a organização, divisão e controle do trabalho são conhecidas. A produção parcialmente socializada, aquela que depende de um esforço coletivo de trabalho, coloca novas questões que devem ser analisadas. Na forma capitalista existe uma correspondência entre as especialidades e os rendimentos assalariados do trabalho. No canteiro da ajuda mútua, essa relação desaparece para dar lugar a uma ética da solidariedade. Onde o resultado é comunitariamente apropriado.

A divisão do trabalho intelectual e manual se expressa no canteiro da indústria capitalista da construção civil, por uma rígida separação entre arquitetos e engenheiros responsáveis pela elaboração dos projetos técnicos, e, por outro lado, pelos trabalhadores para a execução das edificações. A socialização do canteiro nos permite pensar formas de participação da população no processo de decisão das alternativas arquitetônicas e tecnológicas propostas.

Além do mais, para as relações de comando do canteiro e do trabalho, a ausência do capital abre um espaço onde se pode pensar em mudança nas tradicionais formas de subordinação.

Das experiências de ajuda mútua realizadas até o momento, podemos destacar duas formas principais. A primeira pressupõe uma participação ativa da população em todas as etapas do processo, desde a discussão e eleição de um projeto arquitetônico até as formas de distribuição e controle do trabalho. A segunda restringe a participação da população na realização do trabalho propriamente dito.

A primeira forma está expressa na experiência realizada em Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo, que se constituiu, inicialmente, numa cooperativa de mútua-ajuda, por iniciativa da comunidade, e posteriormente vêm a fazer parte dos

programas de habitação da COHAB-SP. Os objetivos da experiência estavam na participação da população em todas as tomadas de decisão do canteiro, desde o projeto arquitetônico até a forma de controle do trabalho (Reinach, 1985).

No que se refere ao controle do trabalho, os procedimentos previamente estabelecidos pela comunidade trabalhadora pressupunham a utilização de relógio de ponto, para controle do número de horas, como também a elaboração de quadros de serviços realizados (Reinach, 1985).

Esse critério de fazer prevalecer o número de horas trabalhadas, acarretou problemas, pois nem sempre o número de horas trabalhadas correspondiam à sua real produtividade. Famílias com o maior número de filhos somavam mais horas de trabalho, frente a outras com reduzido número de componentes e que dispunham de maior produtividade. Esta discrepância resultou em revoltas em que famílias com maior potencial produtivo negaram-se a realizar o trabalho (Reinach, 1985).

Para solucionar esse problema o grupo acabou propondo o regulamento da "tarefa" ou "produção", substituindo a lógica do controle de horas trabalhadas por produto realizado. Como relata Reinach, essa mudança produziu excelentes resultados.

Na segunda forma de organização do canteiro, que socializa o trabalho e mantém centralizado o processo de decisão, observamos a permanência das relações fundamentais do trabalho capitalista. Mesmo quando eliminada a lógica da acumulação de capital perduram formas de coerção e controle que resultam em formas particulares de subordinação. Essa lógica permeia a experiência realizada no conjunto habitacional Nova República, em João Pessoa. Fazemos, a seguir, uma descrição desse caso, procurando tornar claros os procedimentos que permeiam as relações entre a gestão estatal e o trabalho voluntário.

3. O Conjunto Habitacional Nova República

A construção do conjunto habitacional Nova República, por processo de ajuda mútua, constitui um caso particular de análise, pois combina em um mesmo canteiro formas tecnológicas avançadas com trabalho comunitário e voluntário. Trata-se de um processo tecnológico de pré-fabricados que, por simples técnica de montagem no canteiro, permite em curto espaço de tempo a construção da casa.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, na qualidade de gestora dos recursos do Ministério de Desenvolvimento Urbano, realizou a construção do conjunto para os funcionários da Prefeitura, cuja renda familiar encontrava-se entre 1 e 3 salários mínimos. O objetivo era construir em um dia 192 unidades habitacionais.

O número de inscrições alcançou 5.000 famílias, o que resultou no estabelecimento de critérios para a eleição dos contemplados. Basicamente, a equipe de assistentes sociais estabeleceu como critérios de seleção: o candidato não possuir nenhum imóvel, o número de componentes da família, o tempo de serviço na Prefeitura e a idade do servidor. Foi, sem dúvida, um processo de seleção de difícil arbítrio na medida que o número de candidatos em situação de pobreza era bem mais significativo do que o correspondente às 192 unidades residenciais que seriam construídas. De acordo com os depoimentos dados pelos mutirantes não faltaram as tradicionais seleções clientelistas na distribuição das casas. Mesmo com tal procedimento, o escopo de nossa análise não se altera, na medida que a grande maioria dos contemplados era composta de garis e vigilantes, funcionários da Prefeitura, com baixa renda.

Nossa preocupação é analisar o processo de produção e verificar as formas de organização, divisão e controle do trabalho.

a) O sistema tecnológico

No Brasil, o sistema de pré-fabricados sob a forma de ajuda mútua foi originalmente adotado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás, cujos experimentos levaram à adoção de um projeto final caracterizado por: possibilidade de construção em série; pela utilização de pré-moldados (placas e pilares) de concreto, e esquadrias de ferro; redução dos custos de produção; utilização de técnicas simples e projetos modulados; uso de equipamentos simples, possibilitando o redirecionamento das empresas fornecedoras de componentes para a produção de pré-moldados, sem grandes investimentos (Seplan, 1987).

No projeto, a unidade habitacional tinha uma área de 33,46m², composta de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A técnica adotada consistia na montagem de elementos anteriormente pré-fabricados, compostos de pilares de mesma dimensão e 4 placas de diferentes dimensões. A estrutura do telhado foi executada em madeira, sob forma de tesoura do tipo tradicional, que, terminada a etapa de colocação dos pilares, das placas e das esquadrias, é sobreposta para receber

as telhas. São, pois, duas tesouras de extremidade e uma central, seguindo o entelhamento do esquema tradicional da telha canal.

O êxito na montagem das casas depende de uma perfeita organização anterior do canteiro onde são distribuídos nos lotes as peças relativas à composição das casas. Trata-se, portanto, de trabalho anteriormente produzido, que deixa no canteiro apenas a parte relativa à montagem.

Antes do dia estabelecido para o mutirão, os lotes e as casas são marcados através de um gabarito metálico, e são preparados os furos das fundações. De fato o processo em questão usa técnicas de repetitividade (o uso do gabarito) e de racionalização (a disposição das peças no lote).

Sem dúvida, é uma técnica inteligente que busca minimizar o tempo de duração do processo construtivo e as sobras de materiais utilizados, bem como facilita o processo construtivo, e o desenvolvimento da indústria de componentes.

b) A organização do canteiro

A eficácia do processo depende de dois fatores básicos: um primeiro relativo ao suprimento dos materiais componentes e sua colocação nos lotes do canteiro e um segundo relativo a organização das equipes.

No que se refere aos materiais é necessário, primeiro, que as empresas construtoras cumpram os prazos estabelecidos em contrato e, segundo, que a equipe de engenharia responsável pela organização do canteiro prepare com antecedência a marcação dos lotes das casas, e a arrumação dos materiais nos lotes. No que se refere às equipes de montagem, elas deveriam ser constituídas por nove membros, de acordo com compromissos assumidos pelos contemplados.

Pode-se dizer que a preparação do canteiro foi bem sucedida, considerando-se que o projeto gerenciado pela Prefeitura permitiu aos funcionários a liberação de seus horários de trabalho para participar voluntariamente da organização do canteiro. Na execução do projeto de loteamento, a dimensão dos lotes foi fixada em 7,00m x 15,00m, e a distribuição dos componentes necessários à construção da casa, como painéis, pilares e cobertura foi bem executada. Além disso, foram construídos 3 sanitários, um palanque e garantida a presença de 2 caminhões.

Para a orientação das equipes de mutirantes, foram treinados engenheiros da Prefeitura e da Caixa Econômica (que

assumiram as atribuições do extinto BNH), ficando cada engenheiro como responsável pela orientação de 7 casas.

Os problemas de maior gravidade localizaram-se na constituição das equipes. As famílias contempladas teriam que levar ao canteiro de obras nove pessoas para auxiliarem na montagem da casa, o que nem sempre acontecia, pois em sua grande maioria as famílias não foram capazes de sensibilizar amigos e parentes para o trabalho voluntário. Assim, a composição das equipes, em 70% dos casos, tinha por chefia mulheres, não aptas ao trabalho, posto que a montagem de pilares e painéis de concreto, pressupunha o exercício da força bruta.

A segunda ordem de problemas refere-se à relação família/lote. Foram sorteados os lotes entre as famílias mutirantes e tal fato levou à morosidade inicial dos trabalhos, tendo em vista a necessidade de alocar corretamente as famílias aos lotes.

As primeiras horas do dia do mutirão foram dedicadas à recepção, identificação, distribuição de tickets, etc, mas somente às 10 horas da manhã foi possível dar início aos trabalhos propriamente ditos.

A relação família/lote está entre as questões polêmicas que permeiam as discussões das equipes técnicas que organizam programas de auto-ajuda para a construção de habitação. A pergunta é sempre a mesma: a casa deve ser distribuída antes ou depois da construção? Aqueles que defendem uma posição favorável à distribuição posterior da casa, têm por argumento o fato de se tratar de um trabalho coletivo, no qual o resultado não deve ser individualizado. A partir da idéia de socialização, generalizam-se propostas de cunho progressista que podem premiar mutirantes nem sempre solidários no processo de trabalho coletivo, e, por vezes, punir os mais comprometidos com a idéia.

Para aqueles que defendem a alternativa de distribuição anterior das casas, fica a idéia do trabalho/produto, ou seja, de apropriação do produto resultante do trabalho de cada grupo.

A experiência de Vila Nova Cachoeirinha, em São Paulo, mostra como se desenvolveu essa polêmica, quando o primeiro grupo de 40 famílias que participou do mutirão decidiu que a escolha das casas seria no final das obras, obedecendo ao critério do maior número de horas trabalhadas. Tornou-se voto vencido em assembléia, a proposta da equipe técnica de realização do sorteio.

A questão é sem sombra de dúvida polêmica, pois se articula à questão da produtividade do trabalho de cada grupo. Para os grupos estruturados e potencialmente aptos ao trabalho, o trabalho na casa significa o prêmio à sua produtividade. Situações inversas podem levar a revoltas, e diminuição do ritmo na produtividade do trabalho.

Não é nosso objetivo indicar esta ou aquela alternativa como a mais ou menos possível, mas sim traçar os nossos questionamentos em torno da importância da participação da população no processo de gestão da organização do canteiro.

Inúmeros problemas que permeiam a organização desses canteiros, como os conflitos em torno das relações entre os mutirantes, bem como destes com a direção do canteiro, podem e devem ser examinados no âmbito do coletivo. No caso do mutirão da Nova República, não se pode dizer que esse foi o encaminhamento. Estabeleceu-se uma rígida hierarquia entre a direção e os mutirantes, não se verificando nenhuma forma de democratização do comando.

O objetivo inicial de construir 192 casas, não foi alcançado e no final do dia contabilizaram-se 80 casas. Na verdade, tratou-se, fundamentalmente, de um processo de levacão das vedações e colocação das coberturas e toda a sorte de acabamento, como piso, instalações hidráulicas e elétricas foram executadas ao longo dos meses que se sucederam ao dia do mutirão.

Na fase do acabamento, o que se verificou foi uma intensa morosidade na chegada dos materiais necessários aos acabamentos, como tubos, pias, peças sanitárias, etc. Quando de sua distribuição os mutirantes faziam fila para receber cada saco de cimento, ou pedaço de tubo, estabelecendo-se uma relação de subordinação entre a chefia do canteiro e os mutirantes, ou seja, o critério de comportamento político do mutirante passava pelo crivo do engenheiro-chefe.

c) O mutirão do mutirante

A discussão sobre a autoconstrução tem sido inesgotável. Posicionamentos a favor e contra alinham-se ao longo da literatura e que, não raras vezes, são resultantes de ideologias que nem sempre contribuem para uma análise mais próxima das condições reais e concretas. Não se trata aqui de buscar um alinhamento, mas de identificar os elementos constitutivos das relações de trabalho. Nesse momento do nosso estudo buscamos obter depoimentos dos mutirantes sobre o mutirão.

A primeira questão refere-se ao sistema de pré-fabricados na medida que se trata de um novo procedimento construtivo que não guarda memória com o tradicional tijolo. É ampla a apropriação de técnica do tijolo e que sabemos faz parte da memória social dos trabalhadores.

Resta a questão: quais são as formas de apropriação da tecnologia de pré-fabricados? As entrevistas realizadas mostram como, na grande maioria das vezes e nas formas de apropriação do conhecimento, foi possível observar que não ocorreram maiores dificuldades: "a maior facilidade de trabalho, pelo menos eu já tinha assistido a montagem de algumas casas aqui no conjunto e não encontrei dificuldade nenhuma de armação..." gostei, achei ótimo, não eu só, como toda minha turma me ajudou, gostaram e acharam alguma facilidade de montagem, que isso aqui não há dificuldade alguma; trabalho fácil de fazer..."(1)

A rapidez que permite a técnica de pré-fabricados é um aspecto reconhecido pelos mutirantes: "Por um ponto foi bom porque é ligeiro, né?, e a gente que precisava tava pagando aluguel.... Não tenho que dizer nada sobre a diferença de tijolo, porque existe por aí tijolo pior do que as placas. Eu mesmo, que sempre estou fazendo serviço com o pessoal, às vezes tem tijolo por aí que não aguenta uma pancada, essas placas pelo menos depois dela tá no lugar chumbada, tudo bem, se tivesse sido um tijolo tinha sido melhor, mas é como a história: quem não tem cão caca com gato, né? Então pronto, foi bom demais porque essas placas são potentes, a gente vê mesmo que as placas são potentes, ninguém bate nelas(2).

Esse último depoimento expressa duas dimensões da problemática: Uma primeira relativa ao processo tecnológico em si, e como podemos observar este é facilmente apropriado e são reconhecidas as qualidades relativas à durabilidade; a segunda é mais cultural e fala das diferenças entre a casa de tijolo e a casa de placas. A preferência pela casa de tijolo é expressa em outros depoimentos: "Se fosse de tijolo era melhor, mas como foi assim, se Deus me ajudar um dia eu compro tijolo e faço..."(3)

Não se trata de uma questão técnica, mas cultural. O impacto de um sistema de pré-moldagem em concreto, no Nordeste, tem resultados distintos do que teria, por exemplo, em São Paulo. Numa sociedade como a nordestina onde não se generalizavam relações de trabalho industrial, não se verifica uma apropriação social de processos tecnológicos mais avançados. E, neste caso, a preferência pelo tijolo como tradicional processo construtivo é explicável.

d) Etapas, divisão e comando do trabalho

São três as questões: como se estabelecem as etapas do processo construtivo? Existem especializações na divisão do trabalho? Quais são as relações que se dão no comando do trabalho?

As etapas do processo construtivo obedecem a uma lógica que é distinta tanto da autoconstrução espontânea quanto da construção tradicional de conjuntos habitacionais. Em um sistema de pré-moldagem, verifica-se uma densidade de trabalho acumulado em um momento anterior ao canteiro propriamente dito(4). No canteiro, a distribuição de pilares e placas nos lotes destinados à construção é fundamental para o pleno desenvolvimento das atividades programadas, no dia do mutirão. Essa etapa, que é anterior ao procedimento executivo, foi realizada pelos próprios mutirantes, não se verificando nenhuma especialização, além da força bruta exercida na distribuição de elementos construtivos.

No dia do mutirão, a montagem da casa pode ser dividida em duas etapas: A primeira relativa à estrutura e vedação que formam um mesmo processo; a segunda é a cobertura. Para a primeira etapa, considerando que a montagem nesse processo é feita unicamente pela força bruta sem a utilização de maquinário, observa-se a necessidade de força física propriamente dita e destreza no manejo dos componentes.

Tanto as etapas como a divisão do trabalho não obedecem às mesmas lógicas observadas em outros canteiros, como, por exemplo, nas fases de estrutura claramente distintas ou ainda nos serviços de pedreiros, carpinteiros e pintores. Na construção, o que comanda o processo é a organização coletiva do trabalho de equipe.

Observando os tempos que foram dispendidos pelas equipes, podemos perceber as diversidades. O menor tempo foi de 4 horas, mas houve casos em que a montagem foi realizada em mais de 20 dias. A equipe que logrou alcançar aquele tempo recorde, era formada por 13 pessoas: um mestre de obra prático, o mutuário, a esposa, o filho e o restante composto por um grupo não especializado, ou nas palavras do mutuário: "sem prática de serviços". Uma segunda equipe formada por 15 pessoas e que montou a casa em 5 horas era composta por um carpinteiro, um pedreiro e 13 ajudantes. O depoimento do mutirante indica como a presença dos especialistas, no processo de montagem, permitiu o término do trabalho em curto espaço de tempo.

Na grande maioria das vezes, as equipes tinham na sua chefia mulheres. Nesses casos, face à limitação já apre-

sentada, a montagem durou muitos dias(5).

Na etapa posterior à montagem, foi necessário proceder aos acabamentos, instalações, pinturas e execução da calçada. Alguns mutirantes tiveram condições de optar por pagar a especialistas para o término da casa. A exceção desses casos, a espera dos mutirantes foi de vários meses, até que a Prefeitura liberasse os materiais necessários.

O comando do processo de produção ocorreu de forma centralizada quando não se verificaram canais de representação da população junto aos engenheiros responsáveis pela organização do canteiro. Esse tipo de gestão permite o estabelecimento de uma relação de dominação entre a chefia e a população mutirante. São reveladoras as palavras de um dos participantes: "A organização foi uma organização boa né?, apesar de não ter sido melhor..., né?, eu posso dizer através do pessoal, são um pessoal bom, só tinha um que era meio assim, tratava o pessoal meio assim, porque prá mim no meu modo de ver, ele se dizia que era dono, né?, dono da coisa. Porque o cara que trata você todo cheio de onda, todo rá rá rá, vai em cima dos outros, ele quer ser dono, entendeu?"(6)

O engenheiro chefe, assessorado pelas equipes técnicas, define o processo de comando. É apenas uma transferência das mesmas formas de comando do canteiro do capital industrial. Não dispondo dos mesmos mecanismos de coerção, o engenheiro chefe busca premiar parcela dos mutirantes e punir outras, através do estabelecimento de relações clientelistas e paternalistas. Trata-se fundamentalmente de um comando que passa pelo crivo do comportamento político.

Se, no canteiro tradicional, verifica-se um processo de subordinação do trabalho ao capital, cujo impulso original é a acumulação, no nosso caso de estudo surgem novas formas de subordinação que não são resultantes da lógica do capital.

Entendemos que se trata de um processo que se realiza pelo trabalho manual voluntário da população, e que não se pode perpetuar formas de comando que excluam do processo a parcela relativa ao trabalho intelectual dos mutirantes. Trata-se de incorporar plenamente a participação da população na construção da moradia.

Como podemos observar, estabelecem-se contradições ao longo de todo o processo dado, desde a questão da apropriação do resultado do trabalho, do sistema tecnológico a ser utilizado, do desenho do espaço arquitetônico, das formas de comando.

Não se trata de elaborar receitas homogeneizadoras que possam ser impostas para toda e qualquer comunidade. Pode ocorrer que a opção por determinados processos e formas tidos como os mais eficientes, produtivos, eficazes, acabem por impor processos que levam a abertura de espaços para o exercício da coerção. Não se trata, portanto, de optar por uma fórmula. É necessário ter em conta a diversidade das comunidades, dos seus anseios e projetos. É nesse espaço que se faz valer a voz coletiva da comunidade.

NOTAS

- (1) José de Assis Regis, 38 anos, vigilante.
- (2) Sebastião Barbosa de Oliveira, 24 anos, técnico em contabilidade.
- (3) Severina dos Santos Lira, 63 anos, pensionista.
- (4) A organização do trabalho na pré-fabricação é estudada por Nunes e Freire, 1987.
- (5) Ocorreram situações de solidariedade para com os grupos mais fracos. Ao término de suas casas as equipes mais preparadas se deslocaram no auxílio de mulheres e velhos.
- (6) Sebastião Barbosa de Oliveira, técnico em contabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- BNH, 1984. Projeto João de Barro, um Programa Nacional de Autoconstrução. Diretrizes.
- EGLER, Tamara Tania C. 1981. Notas sobre Progresso Técnico e Organização do Trabalho na Construção da Habitação. Mimeo.
- 1986. O chão da nossa casa. A produção da habitação em Recife. Tese de Doutorado, USP.
- IPT. 1984. Seminário Habitação: dos modelos atuais às possibilidades de intervenção a curto prazo. São Paulo, IPT.
- IPT. 1984. Avaliação de Experiências de Auto-Ajuda e Ajuda Mútua. Volume 2. Projeto Mutirão bayeux (Cidade Mário Andreazza) da Fundação Social do Trabalho. Relatório de Pesquisa realizado para o BNH.
- NUNES, Ana e Freire, Sheila. Sistema pré-fabricado: análise de uma experiência em João Pessoa. Trabalho de graduação. Departamento de Arquitetura/UFPb.
- REINACH, Henrique. Construção habitacional por ajuda mútua. Espaço e Debates, nº 14, São Paulo, NERU, 1985.
- SEPLAN, 1986. Mutirão, um processo construtivo. Goiânia, mimeo.

SUMÁRIO DOS NÚMEROS ANTERIORES

CADERNOS PUR/UFRJ Rio de Janeiro v.1 nº 1 jan/abr 1986.

Política migratória recente no Brasil. Notas para uma avaliação. Carlos B. Vainer.

Notas sobre a renda da terra urbana. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.

Estruturação intra-urbana e desenvolvimento industrial capitalista. Martin Oscar Smolka.

O fato metropolitano - enigma e poder. Ana Clara Torres Ribeiro.

Conflito social e produção do espaço. Carlos Enrique Guanziroli.

CADERNOS PUR/UFRJ Rio de Janeiro v. 2 nº 1 jan/abr 1987.

Trabalho, capital e espaço urbano: notas sobre o caso brasileiro. Rosélia Piquet.

Observações sobre a questão regional. Hermes M. Tavares.

O capital incorporador e seus movimentos de valorização. Martin Oscar Smolka.

Qualidade dos serviços públicos prestados aos favelados: opinião dos moradores do Pereirão, Morro do Urubu e Vila Catiri. Ana Elena Behrens.

Algumas notas sobre Topalov. Pedro Abramo Campos.

Por que é necessário o estudo do Norte Fluminense. Carlos Eduardo Rebello de Mendonça.

CADERNOS PUR/UFRJ Rio de Janeiro v. 3 nº 1 jan/abr 1989.

Da mobilização para o trabalho à política social - uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população. Carlos B. Vainer.

Flutuações na atividade imobiliária e variações nos componentes do preço final. Martim O. Smolka.

Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964. Frederico Guilherme B. de Araujo.

História urbana e movimentos sociais. Franklin D. Coelho.

A luta pelo espaço urbano, a questão da Copacabana. Elizabeth D. Cardoso e Lilian F. Vaz.

A irregularidade da moradia dos pobres. Eduardo G. de Carvalho e Luciana C. Lago.

CADERNOS IPPUR/UFRJ Ano III nº especial dez/89.

O nexu urbano-imobiliário e a política habitacional, repensando as alternativas. Martim O. Smolka.

A produção do espaço urbano em Carajás: sua curta e atribulada história. Rosélia Piquet.

A dinâmica imobiliária, elementos para o entendimento da espacialidade urbana. Pedro Abramo Campos.

Modernidade e tradição nas origens do pensamento urbanístico no Brasil. Adauto Lúcio Cardoso.

Marcha para o oeste: direito à propriedade ou sujeição ao trabalho? Vânia M^ª R. Azevedo.

A cidade do capital financeiro. Tamara Tania C. Egler.

Contribuições

Os artigos são submetidos à apresentação do Conselho Editorial, a quem caberá a decisão final sobre a oportunidade de publicação.

O Conselho Editorial comunica aos autores a decisão sobre a publicação, mas não se compromete a devolver originais não publicados. A decisão resulta de uma seleção entre os textos submetidos à revista, que leva em conta o espaço disponível e a oportunidade do tema.

Cada autor recebe dois exemplares do número em que for publicado seu trabalho. Os originais devem ser encaminhados à Comissão de Documentação e Divulgação do IPPUR.

Normas para apresentação:

- . Datilografia em espaço duplo;
- . Número de páginas não excedentes a 25;
- . Notas e bibliografia no final dos artigos;
- . Citações e referências completas (ABNT-66).

Todo o material poderá ser normalizado de acordo com os padrões da revista.

CADERNOS IPPUR

Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ
Prédio da Reitoria Sala 543 - Cidade Universitária
Ilha do Fundão
21.910 - Rio de Janeiro - RJ

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Clara Torres Ribeiro
Hermes Magalhães Tavares
Rosélia Piquet

COORDENAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Hermes Magalhães Tavares (Coordenador)
Cláudia Tavares Ribeiro
Fânia Fridman
Tamara T. Cohen Egler
Patrícia M^a Miguez Glasser (Secretária)

DIGITAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Patrícia Maria Miguez Glasser

REVISÃO

Comissão Editorial

IMPRESSÃO

CEPED/IPPUR

REPRODUÇÃO

Gráfica da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CAPA